

MANUAL DA AÇÃO LIBERTÁRIA

.....

É NECESSÁRIO PRATICAR A LIBERDADE
E LUTAR POR ELA.



JOHN GALT

SUMÁRIO

Introdução

O que quer dizer Libertarianismo?

Da Ordem Natural

Da Filosofia Libertária

Da Lei Natural

Das Estratégias da Liberdade

Do Princípio da Incerteza Política e suas Consequências

O que é Ação Libertária?

A Ação Direta como Anarquista

Como Deve Ser a Ação Libertária

Autogestão

Revisionismo

Interdisciplinarietà

Agorismo

Gestão de Riscos na Cartilha Agorista

Da Desobediência Civil

Do Mercado Negro

Da Formação dos Mercados Alternativos

Do processo de organização

Da Sonervação

Do Armamento

Da Libertação dos Presos Políticos

Das Criptomoeas

Das alternativas ao Bitcoin

Nano e a morte das taxas

Monero e a privacidade absoluta

ETH e os Contratos Inteligentes

LBRY e o futuro do mercado de bens digitais

Como Abordar Agentes do Estado

Do caso Dâniel Fraga

Da Secessão

Da Propriedade Intelectual

Libertarianismo e as Ruas

Falso histórico de conquistas das mobilizações populares

O foco errado

A mídia, a engenharia do consentimento e o medo

Os sequestros do método e da pauta

Os Conhecimentos da Guerrilha Revolucionária

Breves Considerações sobre o Manual do Guerrilheiro
de Carlos Marighella

Das Estratégias da Esquerda Revolucionária

O Comunismo Como Uma Falha Social

Do Bom Combate

Considerações Finais

Referências

INTRODUÇÃO

Este livro foi escrito por libertários que tem como objetivo auxiliar no processo pelo qual as pessoas se tornam livres para seguirem seus próprios objetivos e buscarem a felicidade. Esperamos que ao final deste livro, que não é nada mais e nada menos do que um manual de estratégias políticas da ação direta libertária, você compreenda que não é necessário somente o exercício de nosso pensamento para a conclusão e a efetivação das nossas ideias, mas que é necessário praticar a liberdade e lutar por ela de todas as maneiras possíveis.

Dito isto, é importante salientar que, sendo esta obra apenas um manual, ela não tem por objetivo trazer respostas a todas as soluções possíveis de conflitos no mundo, tampouco justificar todas as questões que permeiam a ética da propriedade, bem como da economia baseada na propriedade privada dos meios de produção.

O objetivo aqui é mostrar a vocês o que é a ação direta libertária e quais são suas possibilidades. Também são apresentadas considerações sobre outras formas de ação direta, comentando e constatando seus problemas e/ou soluções, quando houverem.

Além disso, é importante constatar o porquê deste livro estar sendo escrito.

Você já deve ter reparado no fato de que apesar de haverem livros libertários anarcocapitalistas sobre estratégias de como vencer o estatismo, como “O que deve ser feito”, de Hans Hermann Hoppe¹, onde o autor apresenta como o estado poderia vir a acabar, ou “O Manifesto do Novo Libertário”, de Samuel E. Konkin III², nunca antes foi escrito um manual para o libertário com sugestões práticas de como deve agir.

Nessa direção, é indispensável pensarmos em um livro como parâmetro, aqui escolhemos o “Manual do Guerrilheiro”, de Carlos Marighella³, pois, apesar de todas as discordâncias com o mesmo, ele é útil para exemplificar os parâmetros de ação de nossos inimigos políticos. Os libertários ainda não tem seu próprio livro deste tipo. É preciso lembrar também que nossas ideias são bem mais recentes.

O surgimento da ideia do libertarianismo, como conhecemos hoje, foi na segunda metade do século XX, por Murray N. Rothbard⁴, mas claro, sem desconsiderar a influência dos proto-austríacos e proto-libertários à construção do pensamento libertário⁵.

1 Hans-Hermann Hoppe (1949-presente) é um filósofo e economista alemão-americano da escola austríaca de economia e filosofia.

2 Samuel Konkin III (1947-2004) foi o autor do New Libertarian Manifesto e um defensor da filosofia política que ele chamou de agorismo.

3 Carlos Marighella (1911-1956) foi um político, escritor e guerrilheiro comunista marxista-leninista brasileiro.

4 Murray Newton Rothbard (1926-1995) foi um filósofo e economista americano da Escola Austríaca de Economia e, desenvolveu a partir de Ludwig Von Mises, seu professor, aquilo que chamamos de austro-libertarismo.

5 Me refiro aos influenciadores da Escola Austríaca, fundada por Carl Menger, como Gustave de Molinari e Richard Cantillon.

Assim, a ação direta libertária, que os leitores aprenderão mais à frente sobre, será a grande atração deste livro aos libertários. Não descreveremos aqui instruções para outro tipo de público, pois o foco do livro é ensinar a buscar a liberdade civil, política e ética para aqueles que já a concebem como fim político último. Isso pois, mesmo com todos os pesares da ação coercitiva do estado que seriam motivos para descartarmos a ação direta libertária, essa já se tornou uma necessidade, um passo necessário e urgente para a libertação dos libertários dos laços do inimigo.

O estado, tal qual nos ensinou Rothbard, é a maior corporação parasitária da história. Ele suga todo o suprimento financeiro dos indivíduos, ainda que nunca tenham assinado espécie alguma de contrato para isso, muito menos um contrato social, contra seu consentimento. Essa grande corporação, por deter a força para si, faz o que bem entende com seus súditos: rouba, por meio dos impostos, controlando a criminalidade, de forma bem ineficiente por parte das forças armadas, escolhendo aqueles atos que serão ou não crimes por meio de critérios arbitrários e administra a sociedade da pior forma possível. Não é necessário citar aqui exemplos da precariedade estatal pois todos sabemos o quão ruim está a educação, a saúde e a segurança global, com poucas exceções dignas de menção em parte da Europa, alguns estados dos EUA e parte da Ásia continental. Sem contar as diversas crises econômicas globais que se fazem presente em alguns momentos da história.

Mais contundente ainda é que mesmo nesses países onde há alguma prosperidade econômica, as possibilidades de inovação,

produção e distribuição da riqueza negadas pelo estado são constantemente trazidas à tona na mente do libertário ao se deparar com a pobreza humana diária. Afinal, pior do que aquilo que vemos é aquilo que não vemos, são as consequências implícitas não intencionais do estado.

Por último, mas não menos importante, é imprescindível mencionar que, uma vez que estamos num contexto permanente de violação de propriedade, por parte do estado, tal como estaríamos diante de qualquer outra gangue, mas em uma escala monstruosamente maior, isso em algum momento se tornaria e está se tornando cada vez mais intolerável.

Sempre haverá algumas pessoas que percebem a verdadeira natureza do estado e que farão o possível para não mais fazerem parte dessa ordem social. E para atender pessoas como essas, surgiram livros como esse.

A coerção e a falta de valores éticos dessa organização, que é o fator que a fez surgir e ocupar tamanho papel em nossa sociedade, sempre com a intenção de satisfazer os grupos de poder que o alimentam, é o mesmo fator que o fará ruir.

E é por meio dessas pessoas, radicais, intransigentes, insistentes e inventivas que a história não escrita do libertarianismo é escrita no livro do mundo.

O QUE QUER DIZER LIBERTARIANISMO?



Apesar de não ser o objetivo deste livro detalhar toda a teoria por trás do libertarianismo, é importante darmos uma breve introdução sobre a definição e as implicações do libertarianismo.

O libertarianismo é uma corrente filosófica que é caracterizada pela ética de propriedade privada e, consequentemente, pela não agressão a indivíduos pacíficos.

O Libertarianismo surgiu na segunda metade do século XX, com a função de pôr luz sobre o estado e nos livrar de uma sociedade que pensa na coerção como meio de alcançar objetivos sociais que não de estrita defesa dos indivíduos.

Seu fundador foi Murray N. Rothbard, um filósofo e intelectual da corrente que veio a desembocar na mais extrema ponta da *lib right* ⁶. Rothbard sustentou que o estado não é um agente de serviço social, como ele se diz ser, e muito menos algo que “nós somos”, com todos os compromissos significativos do uso dessa demagogia que ele tanto usa para se promover ideologicamente. O estado é uma gangue de ladrões operando em larga escala que detém o monopólio político, clamando para si a exclusividade do uso legítimo da força.

A ética é uma área da filosofia que estuda as normas, o certo e o errado, o que pode e o que não pode ser feito. Mas, o que queremos dizer com ética de propriedade privada? Analisaremos as condições nas quais surge a ideia de propriedade privada, decompondo o componente social e filosófico da propriedade privada para que se entenda melhor a extensão desses conceitos.

Da Ordem Natural

As condições que fizeram a sociedade prosperar e alcançar o atual status que possui no mundo seguem um paradigma que podemos nomear como “ordem natural”. Esta ordem é ordem no sentido de ser um caminho não conflituoso, um conjunto de alternativas que não exige que vontades mutuamente excludentes acerca dos mais diversos dilemas e encontros sociais, vontades

6 Traduzido como “extrema-direita”, aqui no Brasil nós, libertários, com raras exceções, não nos denominamos dessa maneira. Mas nos estados Unidos da América, os termos “lib right” e “lib left” são bastante usados pois há diversos seguimentos da esquerda e da direita, as quais Rothbard também explica em “Esquerda e Direita: Perspectivas Para a Liberdade”, um de seus mais conhecidos ensaios.

apenas resolvidas pela imposição da força de uma vontade sobre a outra sejam a matéria com a qual a sociedade se organiza. Porém, esses conflitos, substancialmente disputas por recursos escassos, em parte significativas das vezes acontecem pela própria vontade dos iniciadores destes conflitos. Toda vez que os conflitos se dão, eles contrapõem a ordem natural.

A prova de que esta ordem natural é uma realidade do trato social é que agora mesmo estamos fazendo uso de nosso intelecto para pensar nas ideias de interação sem que precisemos do uso da força. Uma demonstração evidente que a posição que encara o mundo à luz do uso da força física contra terceiros seja apenas uma das formas pelo qual o mundo pode ser visto. Para nós, libertários, o uso da força ocupa uma parte acessória no trato social, a de reparar ações nas quais força ou fraude tenham sido empregadas previamente.

Mas não há nada nesse argumento voltado a provar a ordem natural, se foi isto que você pensou. Tenho plena consciência de que precisaríamos ir muito mais a fundo na prova de uma ordem natural para que ela seja provada em todos os seus sentidos, e não apenas experimentada. Todavia, este não é o objetivo deste livro, e acredito que o mero apelo a experiência aqui faça seu papel suficientemente bem.

Sendo assim, podemos retornar à questão crucial que tratamos aqui: o estado viola a ordem natural. E é necessário ter certeza acerca dos termos em que isso ocorre. Essa certeza da vida coti-

diana se mostra pelo fato de que ele atua da mesma maneira que um gangue de ladrões, pois as trocas voluntárias que acontecem no dia-a-dia de um trabalhador, de uma dona de casa ou de um grupo de amigos, por exemplo, são consideradas de um tipo inferior de interação caso não estejam em consonância com aquilo que os políticos consideraram belo e moral.

Na verdade, até mesmo políticos têm certa dificuldade em serem os caras maus da história o tempo todo. A maior parte das relações de qualquer político são pacíficas e voluntárias e ainda que ele faça suas transações com dinheiro roubado de indivíduos pacíficos, o aspecto ilegítimo do mesmo exige um olhar menos superficial típico do fato que a teia social é em si pacífica e definidora dominante das relações sociais.

E sei qual pode ser sua dúvida: é o conflito causado apenas pelo estado? E a resposta é certamente não, apesar dele ser a maior organização coercitiva que exista hoje. O fato é: não estamos aqui interagindo por conta dos conflitos causados pelo estado. Estamos interagindo livremente porque, apesar de todos os conflitos e agressões que o estado inicia, nós temos nossa liberdade, que é a primazia do ser humano em sua essência.

Lutar por essa liberdade, então, é essencial. Todas as interações livres de conflitos fazem parte da busca da natureza humana, vale citar nesse sentido um artigo denominado “Uma Nova Justificação da Lei Natural”.

“A práxis, enquanto presente em torno da discussão da ética, demonstra que agir é buscar maior conforto. Dessa forma, se todos estamos buscando um ponto em comum, i.e., evitar o desconforto, então os conflitos, onde a busca por maior conforto em detrimento do conforto é evidente, tem que ser evitados em razão de se alcançar uma harmonia, que os seres de direito alcancem seus fins sem a violação dos fins buscados pelos outros indivíduos.”
(Universidade Libertária, 2020)”

Entendemos então que a extensão da praxiologia à ética nos leva a conclusão de que o dever de evitar conflitos é parte da essência do ser humano.

Da Filosofia Libertária

Nessa direção, podemos enfim entender o que é a filosofia libertária. Isso porque, apesar de todas as discussões que permeiam o significado da filosofia, sabemos que todas as filosofias têm em comum investigar os conceitos, e o conceito crucial investigado na corrente libertária da filosofia é a ética de propriedade.

Como já sabemos, a ética é um sistema normativo, i.e., ela investiga o certo e o errado. A grande questão levantada na filosofia libertária sempre foi encontrar uma justificação consistente para a ética de propriedade. Afinal, as pessoas tem posses sobre as coisas, no sentido do uso exclusivo não oposto fisicamente de X sobre determinado recurso Y, as pessoas tem a posse de fato e é necessário entender em quais casos ela é ou não é legítima.

E nesse segmento nós temos diversos argumentos diferentes uns dos outros, sendo alguns destes argumentos utilitaristas, jus-naturalistas e intuicionistas. Mas, não estou aqui para explicar cada um, embora, meu próximo ponto seja explicar do que se trata a lei natural.

Da Lei Natural

A lei natural é a norma intrínseca à natureza do ser humano. Isso significa que existe de fato um conjunto de comportamentos que seja próprio de nós e outros que escapam a essa característica de serem próprios, definidores da essência de X nos múltiplos mundos possíveis em que X se manifestou, fazendo alusão a famosa paráfrase de Rothbard em Plantinga, então essa propriedade de nós não pode ser retirada de nós de forma alguma sem que estejamos tirando parte vital de nossas essências. E, caso seja violada, o indivíduo que o fizer é um perturbador dessa ordem. Mas isso é apenas um esclarecimento semântico, uma consequência natural do enunciado de que existe uma natureza humana e comportamentos que dela possam ser derivados. Isso não cria ainda a ideia de direito. A prova da lei natural pode ser realizada da seguinte maneira:

“O argumento que eu defendo assume o princípio de universalização, o evitamento de conflitos, a apropriação originária e, é claro, a lei natural. Mas a justificação para essa lei, diferente dos demais argumentos que usaram pressupostos do discurso ou do caso de Locke, que acabou por ser guilhotinado, é um argumento baseado na assunção dos próprios violadores de propriedade a favor da

propriedade. Se até mesmo os agressores não estão dispostos a serem agredidos, o conceito de agressão se explica pelo não consentimento da violação de propriedade feita. Sendo assim, se os agressores não aceitam que sejam agredidos, não é possível que seja justificado agredir a outrem.” (Op. cit.)

Ou seja, em meu argumento, a justificação para a propriedade privada recai sob o princípio de universalização, isto é, sobre o que faríamos para evitar os conflitos, já que esses são uma possibilidade real advinda da própria natureza humana, sobre uma assunção universal de propriedade privada como algo que não deva ser violado. Isto porque até mesmo os agressores não aceitam sua própria agressão, e para não estarem errados, é claro que precisaríamos respeitar universalmente este direito para que haja coerência argumentativa.

Caso isso não seja assumido pelos agressores, aí se tornaria violável a propriedade deles. Mas, este não parece ser o caso. Portanto, a propriedade privada figura na práxis como um valor universal, e qualquer um que violar este direito é um violador da lei natural.

Das Estratégias da Liberdade

No capítulo trinta de “A Ética da Liberdade”, Murray N. Rothbard diz que ainda não surgiu nenhum esboço sobre como deveria ser a estratégia da liberdade, isto é, os meios pelos quais se forem seguidos nos tiram do caminho da servidão e nos levam em direção ao caminho da liberdade. Ele complementa também que:

“Na verdade, não só para a liberdade, as estratégias voltadas para alcançar qualquer tipo de objetivo social desejado têm sido consideradas geralmente uma questão de experimentos casuais, de tentativa e erro, algo como “agarre o quanto puder”. (Rothbard, p. 335).

Isto é, quase nunca experimentamos liberdade de fato, nós apenas nos seguramos a ela.

Outro ponto que Rothbard salienta é que nossa busca parte de uma filosofia buscando uma política, e não de uma política buscando uma filosofia. Devemos nos diferenciar aqui para não pensarmos que somos como ideólogos, i.e., que estamos buscando uma política ideal, mas, na verdade, somos indivíduos que, baseados numa filosofia, que é a lei natural, buscamos os princípios ideais de nossa própria ação. E essa é a maior diferença nossa para com nossos inimigos revolucionários, que acreditam em ideologias e utopias.

Nunca, então, confundam ou deixem que confundam comunismo, liberalismo, progressismo, conservadorismo e tantos outros ismos com o libertarianismo anarcocapitalista.

Rothbard também explica que “um mundo libertário seria um em que cada indivíduo seria livre para encontrar e buscar seus próprios fins – para “buscar a felicidade””, ao contrário da situação na qual nos encontramos, escravizados pelo estado, nossos lucros sendo tomados contra nossa vontade e nossa busca de felicidade é atrapalhada pelos empecilhos de suas leis coercitivas.

“Pode-se pensar que o libertário, a pessoa comprometida com o “sistema natural de liberdade” (na frase de Adam Smith), quase que por definição assegura o objetivo da liberdade como seu mais elevado fim político.” (Op. cit, p. 337).

A liberdade, dessa forma, é um princípio da ação, o mais elevado fim político do homem. É um princípio de justiça, tendo em vista que pretende pôr um fim na violência dos homens. E mesmo que essa violência vá sempre existir em algum nível, a sede libertária se mostra presente em afirmar isso como um erro ético.

Então, se a liberdade se mostrou ser o objetivo político verdadeiro, deveríamos então buscar os meios mais eficientes para o alcance desse fim, ou seja, se queremos ser livres, o que temos que fazer é buscar ações que nos levem, de fato, ao alcance desse fim.

“Os objetivos libertários – incluindo a abolição imediata de invasões à liberdade – são “praticáveis” no sentido de que eles poderiam ser alcançados se um número suficiente de pessoas concordasse com eles, e que, se alcançados, o sistema libertário resultante seria viável. O objetivo da liberdade imediata não é impraticável, irrealista ou “Utópico” porque – ao contrário de objetivos como a “eliminação da pobreza” – a sua realização é inteiramente dependente da vontade do homem. Se, por exemplo, todo mundo repentina e imediatamente concordasse com as vantagens predominantes da liberdade, então a liberdade total seria alcançada imediatamente. A estimativa estratégica de como deve ser trilhado o caminho que leva à liberdade é, logicamente, uma questão completamente distinta” (Op cit., p. 338).

Bem, o que precisamos fazer está então claro para todos nós. Mas qual estratégia o libertário deveria adotar para que isso aconteça?

Em sua busca por respostas, Rothbard nos diz, primeiramente, o que não adotar como estratégia. Ele explica que nos parece bastante proveitoso que a receita dos impostos diminuíssem progressivamente, mas que isso parece implicar numa assunção de que o ritmo em que a liberdade caminha é melhor aos poucos do que com resultados imediatos.

Além disso, ele também constata que, com isso, estaríamos assumindo que há um lado bom no uso do estado. Ele continua:

“Na realidade, existe outro erro grave na ideia de um programa abrangente e planejado voltado para a liberdade. Pois o próprio ritmo cauteloso e estudado, a própria natureza de total abrangência do programa, implica que o estado não é realmente o inimigo da humanidade, que é possível e desejável que se use o estado para executar um movimento planejado e calculado em direção à liberdade” (Op. cit., p. 341).

Sendo assim, nós, libertários, embora nos pareça bastante proveitoso usufruir de uma estratégia em que usamos o estado com o objetivo da diminuição do mesmo, precisamos compreendermos que isso seria assumir uma função do estado para com a liberdade.

Entretanto, Rothbard também enxerga isso com outro olhar: a ideia de que os cortes no estado devem acontecer é essencial, pois diminui qualquer ação parasítica e violenta do estado contra os indivíduos, então ele encontra um meio termo:

“Por exemplo, libertários podem muito bem pressionar por uma redução drástica, ou revogação, do imposto de renda; mas eles não poderiam jamais fazer isso enquanto defendem ao mesmo tempo a sua substituição por um imposto sobre vendas ou outra forma de imposto.” (Op. cit., p. 341)

Ou seja, libertários, para alcançar seus fins, precisam se posicionar contra qualquer aumento ou diminuição de impostos, mas eles nunca poderiam ser a favor de qualquer substituição de planejamento estatal por outro planejamento estatal.

A substituição de um imposto, por exemplo, seria contraditório com qualquer ação libertária. Em época de crises econômicas, dívidas públicas e déficits fiscais, é comum vermos pessoas que lutam por reformas liberais, como a reforma tributária aqui no Brasil. Isso pois o sistema tributário do país é o mais complexo do mundo. Todavia, deveríamos estar falando sobre extinção dos impostos, pois o imposto é uma forma de agressão. Mas isso não é o que acontece e acabamos por falar em substituição de um imposto pelo outro.

“Mas, uma vez que a cobrança de impostos é um ato maligno de agressão, deixar de dar as boas vindas com entusiasmo a um corte de impostos enfraquece e contradiz o objetivo libertário. A hora de se opor aos gastos do governo é quando o orçamento está sendo

considerado ou votado, momento este em que o libertário deveria igualmente exigir cortes drásticos nas despesas. A atividade governamental deve ser reduzida onde e quando se conseguir; qualquer oposição a uma específica redução de impostos – ou gastos – é inadmissível, pois ela contradiz os princípios libertários e o objetivo libertário.” (Op. cit., p. 342).

Rothbard diz que devemos estabelecer prioridades e não nos esquecer do credo libertário. Ele exemplifica que se vivêssemos em uma ilha pequena, sendo dependentes de faróis marítimos, talvez a agenda libertária não fosse nossa prioridade de sobrevivência. Entretanto, ela não deve ser esquecida se você se considera um libertário, e muito menos desprezada pelo mesmo.

Isto porque a vitória da liberdade total é nosso mais elevado fim político. Nosso norte libertário é então o seguinte, seguindo a conclusão de Murray N. Rothbard:

“Concluímos então esta parte da questão da estratégia afirmando que a vitória da liberdade total é o mais elevado fim político; que a fundamentação apropriada para este objetivo é uma paixão moral pela justiça; que o fim deveria ser buscado através dos meios mais rápidos e eficazes possíveis; que se deve sempre manter o fim em vista e alcançá-lo o mais rapidamente possível; e que os meios escolhidos nunca devem contradizer o objetivo – seja ao defender o gradualismo, ao empregar ou defender alguma agressão contra a liberdade, ao defender o planejamento de programas elaborados, ao deixar de agarrar qualquer oportunidade de reduzir o poder do estado ou ao permitir que o aumentem em qualquer área” (Op. cit., p. 343).

Assim, fica claro que a prioridade do libertário repousa sobre a revogação das agressões estatais, como uma estratégia para o alcance da liberdade, e não de uma escala que fica em menor prioridade dentre a gradação dos valores da liberdade. Ou seja, não devemos priorizar a substituição de impostos, por exemplo, a revogação desses mesmos impostos. Isso pois, embora a diminuição tributária possa ser gradativa, isto seria priorizar os fatores errados em primeiro lugar.

Do Princípio da Incerteza Política e suas Consequências

Algo que é notável de colocar é que a ação libertária precisa estar amparada em algumas estruturas fundamentais essenciais. A ação de um indivíduo é tal que lidamos com coisas ativas diferente de lidarmos com coisas passivas. É tal que lidamos com seres vivos autônomos, que não conseguimos explicar em todas as suas nuances, em verdade não conseguimos nem sequer listar nem sequer aquilo que configura o que chamamos de Eu.

Na ação em uma sociedade, o número de Eus com o qual precisamos lidar, todos eles em primeira pessoa, com o pouco de informação que enunciados em terceira pessoa e declarações externas desses Eus podem nos dar é uma realidade imediata. O que seus pais, filhos, irmãos, cônjuges mais desejam? Quais foram seus maiores medos? Como reagiriam a uma determinada música? Se pouco podemos dizer de nossos familiares, quem dirá de outros.

A ação política, tida como aquela que possui efeitos *erga omnes*, para todos em todos os tempos, é ainda mais incerta. O que políticos farão ou deixarão de fazer, o efeito de determinado pedaço de papel por sobre as considerações políticas reais das pessoas, a ação dos policiais que irão aplicar determinada lei, a percepção da população sobre a mesma, dos tribunais, dos ativistas políticos e por último dos afetados por esse determinado papel, não temos acesso em absoluto a essas informações. A nós, cabe apenas especular.

Essa nuância faz com que nós tenhamos que entender as frases acima de Rothbard sobre uma dupla camada. Em parte, é verdade que precisamos nos opor ao crescimento do estado onde ele se der. E não nos opomos a nenhuma ação de diminuição dele, onde for possível.

Mas, isso certamente torna-nos incrivelmente mais céticos em relação a quais são os atos políticos, no sentido de terem efeitos *erga omnes*, eram possíveis a um libertário.

Embora isso não seja uma condenação em número, gênero e grau a participação dos libertários na política, é um alerta. Esse livro foi pensado, entre outros motivos, em parte porque o caminho democrático no Brasil está impossibilitado por uma série de problemas estruturais como: ausência de candidatura independente, inexistência de uma legislação que garanta livre exercício de expressão, discricionariedade dos gastos públicos extremamente reduzida e uma concentração gigantesca de poderes na esfera nacional.

Esses são impedimentos adicionais a um caso brasileiro que tornam os casos estrangeiros de resistência anti-democrática por fins democráticos distantes da nossa realidade atual.

Mesmo nos casos estrangeiros, a existência de um cenário naturalmente pouco receptivo a essas medidas, com uma dificuldade significativa de fazer um caso populista libertário (embora já tenhamos ouvido de um que tenha tentado), a grande tendência de corrupção e contradição em relação a práxis dos ideais em ambiente tão contrário e contraditório em si mesmo bem como a incerteza das decisões políticas já é o suficiente para motivar a crença geral de que os esforços políticos eleitorais estão fadados ao fracasso.

Na prática, isso nos dá a noção de que devemos tentar interferir nos rumos políticos da atualidade, e isso é possível sem ser através do processo eleitoral. A via que deve ser tentada é a via do convencimento, do debate, da demonstração de força política. Alguns movimentos que se caracterizam por esse tipo de aproximação são o ProArmas e o Combustível Sem Imposto. Movimentos que estão a todo momento comentando e incentivando as diminuições de impostos e regulações, exercendo uma influência sem deixarem-se levar pelos meandros da particularidade polític

Mas, por melhores que sejam esses movimentos, eles são pedaços minúsculos da ação do sujeito na pólis e prescindem da necessária integração da própria ação do sujeito, aos princípios motivadores da ação. É aí que entra a ação direta libertária.

O QUE É AÇÃO LIBERTÁRIA?



Agora que você já sabe o que é o libertarianismo, é preciso compreender a ação libertária. Tal ação se caracteriza por ser a iniciativa de agir em prol do ressarcimento do indivíduo e da tentativa de legítima defesa frente às ações coercitivas do estado-nação. É uma ação de emancipação do sujeito. Uma vez que o estado usa da força e viola a propriedade privada dos indivíduos, estes têm o seu direito de se defender e de evitar serem violados.

Todos nós presenciamos o quanto ninguém aguenta mais as ações ilegítimas do estado, mesmo que muitos as defendam. Pergunte a um empreendedor brasileiro se ele gosta da carga tributária de impostos que ele recebe, ou da burocracia por trás de seu negócio,

e, muito provavelmente, ele dirá que não, embora possa dizer que acredita estar certo aliviar os mais pobres, taxando os mais ricos. Mas, na verdade, tudo o que ele quer é se ver livre de parte dos seus encargos morais, em sua tomada de decisões, e, por isso, terceiriza essa responsabilidade forçada pelo próprio governo a outrem, a fim de evitar maiores aborrecimentos.

Esse duplipensar é característico dos processos democráticos. A partir do momento em que estamos todos lutando por bens comuns abstratos, esquecemos os bens particulares concretos. O pai, pobre de marré, de um ativista libertário aguerrido, estava certa vez comentando sobre como ele paga feliz seus impostos para que os pobres tenham acesso a hospitais. Quando confrontado com o fato que era ele mesmo o público da política pública que estava pagando, ele se viu chocado, afinal há meses ele pagava modestas parcelas de um plano de saúde, para não depender do SUS.

A ação libertária é tão somente a tentativa de tomar suas próprias decisões individualmente, à luz da sua própria emancipação e não coletivamente à luz de um abstrato qualquer. Isto é, trata-se da análise do impedimento factual de outros tomarem as decisões pelo indivíduo. Esta é a forma mais resumida deste conceito. O estado, em seus *modus operandi*, tem a sua tomada de decisões orientada ao todo, tome por exemplo as democracias representativas, onde elegemos nossos representantes.

Mas estes mesmos não nos representam, pois apenas o indivíduo pode deliberar seus meios e fins. Assim, os políticos, que não

são os mesmos beneficiários de suas ideias, acabam por definir a decisão final, por meio de votos do coletivo de políticos.

Entretanto, sabemos que os coletivos são apenas abstrações, amontoados de indivíduos. E se apenas o indivíduo sabe lidar com sua vontade, por ser ele mesmo o autor de sua vontade, outros não deveriam decidir por ele. Por exemplo, uma mãe pode saber bem o que o filho realmente quer para o jantar, mas ela possui um laço afetivo com ele, e, ainda sim, pode errar em seu planejamento porque a vontade do filho é inalcançável, i.e., ela pode mudar. Agora, quem mesmo pode sempre saber disso? Apenas o próprio indivíduo.

Você pode argumentar que o sujeito, muita das vezes, não sabe o que ele mesmo quer, e até mesmo trazer situações em que o indivíduo tenha tomado más decisões. Mas, o que lhe faria acreditar que políticos poderiam vir a tomar decisões melhores que as pessoas? Políticos, em sua maior parte, não conhecem seu próprio povo, ainda mais quando estamos tratando de um país inteiro, de uma nação. Até mesmo a prefeitura, limitada por governar uma cidade, não está apta a conhecer todos os que dominam. Falta informação e principalmente falta um referencial. a decisão de um determinado sujeito é sempre ruim para-si e não ruim em-si.⁷

Por qual razão poderíamos pensar que a vontade da maioria seria a vontade do povo? Nações não pensam, e nem

⁷ Esse dilema é justamente o dilema do cálculo econômico. Mesmo pressupondo que o agente tenha toda a informação possível, não há um sistema hábil de feedback para orientar a ação.

deliberam nada. Assim, a vontade da maioria impera concretamente como uma ditadura a curto prazo, que decide, democraticamente, quem manda na vida de quem durante certo período. A democracia é a ditadura da maioria sob a forma de uma minoria organizada a lá Gaetano Mosca, e o estado-nação trouxe à tona a negação do indivíduo, de um modo geral. A ação libertária está entre nós para mudar isso.

A Ação Direta como Anarquista

Agora que você já sabe o que é a ação libertária, iremos falar um pouco sobre a ação direta. O conceito é uma classificação dos atos políticos, uma divisão entre ação direta e ação indireta. Assim, a ação indireta se refere aos atos políticos que são feitos indiretamente, como o voto democrático, onde você elege quem irá te “representar”. E as ações feitas diretamente são aquelas que eliminam a utilização de um aparato institucional. São ações como greves, ocupações, invasões, etc.

Algumas destas ações podem ser conhecidas por meio da obra “O Manual do Guerrilheiro”, de Carlos Marighella, que foi um pioneiro da práxis do marxismo-leninista da esquerda brasileira. Mais à frente, desta obra, comentários serão tecidos sobre sua obra. Por hora, você pode consultar o livro do Marighella se quiser entender mais a fundo a respeito das táticas de combate ao estado por parte da esquerda. No entanto, temos aqui outro tipo de ação direta, que não é revolucionária: a ação direta libertária.

Primeiramente, gostaria de constatar que, tanto a ação revolucionária, quanto a ação libertária anarco-capitalista, possuem origens anarquistas. O que é o anarquismo? Tal conceito descreve uma corrente de ideias que pretendem pôr um fim ao estado. Muitos contestam a origem do termo, i.e., sua etimologia. A etimologia é o estudo do nascimento dos termos, e como todas as palavras, a palavra ‘anarquismo’ também nasceu em algum contexto.

Sobre sua origem, ‘anarquismo’ surgiu dos termos ‘anarkhía’, que significa ausência de poder/autoridade, e ‘ismo’, conjunto de ideias. Há muitas críticas em relação ao anarquismo, pois há fontes que apontam para uma ausência total de hierarquia. Mas, não é bem por aí.

A ausência de hierarquia do anarquismo foi pensada por parte do primeiro grupo a criar ideias anarquistas registradas, o chamado de anarquismo clássico, de Bakunin, Proudhon e cia. Porém, o termo já existia desde a Grécia Antiga, com o significado de negação do Poder/Autoridade e manifestações anarquistas tendo sido presentes, embora em sua forma menos teórica, em toda a história.

Assim, as ideias de ações diretas tratam-se da aplicação das ideias anarquistas, uma vez que estes não confiam e contestam as ações do estado, mostrando sua força contra o mesmo de maneira que nos oponhamos à ação do estado onde ele se manifestar, contestando seu poder e sua autoridade.

É sobre uma forma de encarar a política ausente de parâmetros verticais de ver o mundo, sobre negar a autoridade política, sobre enxergar a sociedade como a soma dos indivíduos.^{8 9}

É melhor registrada pela máxima: “Nem colaboração com o estado! Nem militarização da luta!”

8 Abordagens que lidam com a ideia da microfísica do poder de Michel Foucault geralmente removem considerações mais amplas de poder político em prol de micro-comparticipações do poder, mas esse tipo de abordagem não elimina as relações de dominação onde elas efetivamente ocorrerem. Agir de um jeito que se possa dizer “governamental” é fundamentalmente e na práxis uma forma de compor a abstração contra qual os anarquistas se opõem.

9 Sobre o assunto ver a importante obra libertária sobre o assunto O Problema da Autoridade Política de Michael Huemer

COMO DEVE SER A AÇÃO LIBERTÁRIA



A ação direta libertária é a maior arma que temos contra o estado. Enquanto revolucionários se protegem com armas de fogo, os libertários se protegem de formas excepcionais. Isso porque o libertário reconhece que o estado não é o responsável pela ordem vigente, mas um parasita dessa ordem e que portanto a maior parte das interações para com ele são ações realizadas voluntariamente, sem resistência da população, graças ao sucesso não de um armamento incrível das forças armadas, mas do armamento ideológico.

Nesse sentido, Murray N. Rothbard explica que a maior primazia do estado sobre o indivíduo é a sua propaganda ideológica, infiltrando-se no âmago da sociedade para retirar de cada um a

responsabilidade e a noção do alcance das suas decisões. O estado domina tudo e todos. Desde o pensamento religioso até o planejamento da educação, ele se divulga por uma campanha irrestrita, sem pudores. E muitos compram seu discurso, suas promessas e sua política. Como sustentou em “Anatomia do estado”:

“O estado é quase universalmente considerado uma instituição de serviço social. Alguns teóricos veneram o estado como sendo a apo-teose da sociedade; outros consideram-no uma organização afável, embora muitas vezes ineficiente, que tem o intuito de alcançar objetivos sociais. Porém quase todos o consideram um meio necessário para se atingir os objetivos da humanidade, um meio a ser usado contra o “setor privado” e que frequentemente ganha essa disputa pelos recursos. Com o advento da democracia, a identificação do estado com a sociedade foi redobrada ao ponto de ser comum ouvir a vocalização de sentimentos que violam quase todos os princípios da razão e do senso comum, tais como: “nós somos o governo” ou “nós somos o estado”.” (Rothbard, pag. 7).

A arma do voto é nada além de uma ferramenta que o estado usa para parecer legítimo, isto é, para fazer pensarmos estar escolhendo um representante, mas não nos dando o direito de nós próprios nos representarmos. Mas, ora, a educação e a saúde não estão sempre um caos? Por quê, se a promessa de nossos “representantes” é sempre da mudança de planejamento catastrófico para uma segura e sólida ordem? A única medida que não poderia ser considerada *prima facie* uma medida eficiente para mudar um país é o voto, justamente porque ele já é tentado uma vez a cada quatro anos sem nenhuma indicação de que está dando certo.¹⁰

10 Devo essa constatação ao líder do Combustível Sem Imposto, Alexandre Nascimento.

Mas, então, o que os libertários, i.e., as pessoas que não caem na “ladainha” do estado podem fazer para lutar contra o mesmo? Bem... isso não é uma tarefa fácil de se responder, mas tenha em mente que, assim como uma ovelha que foge do matadouro, os indivíduos preferem evitar serem violados, ainda que alguns não saibam da armadilha em que estão enfiados.

Nessa perspectiva, a arma libertária é apresentar aos indivíduos uma solução para a vida deles sem que precisem do estado. E digo mais: muitas destas soluções já estão em vigor, e são utilizadas por pessoas que nem mesmo são contra o estado, ou que são e nem se deram conta. Aqui no Brasil é uma questão muito cristalina acerca da sobrevivência, as pessoas precisam sobreviver e seria impossível fazê-lo com tantas intervenções do estado e por isso mesmo aqui se consolidou o famoso Jeitinho Brasileiro, uma verdadeira arma contra a burocracia e as normas verticais impostas pelo estado.

Algumas destas formas diretas de combate ao estado se tratam de violações da própria lei do estado, como a sonegação de impostos, a libertação de presos políticos, o homeschooling, a secessão, armamento, etc, que serão tratados neste livro.

Por hora, adianta-se ao leitor que as páginas deste manual podem ser proibidas no seu país, com todo tipo de mecanismo local voltado a punir legalmente essas medidas.

Além disso, o libertário tem em mente, ou, ao menos, deve ter, que seus princípios estão acima da lei do estado, pois, de lei, as

normas do estado têm apenas o nome. Isso porque uma lei é uma regra capaz de evitar conflitos se for seguida por todos. E a grande maioria das normas do estado se refere a qualquer outra coisa que possa dar vantagem aos amigos do rei.

Nesse contexto, podemos dizer que o libertário deve agir por meios não convencionais, isto é, meios que sejam inconvenientes do ponto de vista do estado. Questionar poderia ser uma arma bastante eficaz para lidar com a oposição da academia. Ao cursar minha faculdade, sempre houve uma pressão para que eu viesse justificar minhas posições e assim o fiz. Mas e o adversário? Raramente estava disposto a dar argumentos convincentes e válidos a respeito do estado que tanto defendia. O estado está certo por princípio, uma loucura para qualquer um que tente trazer a razão em uma discussão sobre filosofia política.

O fato é que o jeito que você vai lidar com o grupo de intelectuais e com o grupo de pessoas mais humildes é bastante diferente. O intelectual possui a arrogância blindada a argumentos válidos, se escondendo através do planejamento estatal da educação que é pró-estado e que se legitima por meio de sua lei arbitrária e aprovada pelos próprios parasitas. Mas quanto às pessoas mais humildes, trabalhadoras e donas de casa, não será a mesma coisa.

Os intelectuais são em geral os melhores alunos da sala. Aqueles que os professores melhor conseguiram passar seus ensinamentos e consequentemente aqueles que estão mais contaminados já que os seus ensinamentos partem da premissa suprema de

que a democracia é a melhor forma de governo, que deve haver um estado e até pior, que o estado somos nós.

A forma de lidar com esses grupos é variável, e a tendência é que você não consiga convencer muitos. Afinal, argumentos são válidos para justificar teses e refutar outros argumentos, mas nem eu e nem você temos tamanho poder de persuasão que permita a aquele que enxerga a questão de uma forma tão íntima se render à razão. Entretanto, o que chama atenção aqui é que o processo não trata-se de um processo de convencimento, é algo um tanto mais simples. É sobre inaugurar a dúvida. É sobre a luz posta sobre a face maligna do estado. Então grite suas respostas, ponha em cheque seus argumentos, questione. Somente o indivíduo é capaz de criar suas crenças e ter o autoconhecimento de seus erros.

Ninguém é blindado, e ninguém é inocente demais. E é aí que reside o poder de uma educação libertária, mais que liberal no sentido de desinteressada, libertadora.

Muitas iniciativas estão sendo criadas nesse sentido, geralmente em três grandes eixos que podem e estão a servir prontamente aos objetivos libertários:

Autogestão

Muito se fala em utilizar a antiga estratégia gramscista de contrapor os intelectuais burgueses por meio da produção intelectual, tendo em vista que o próprio estado burguês seria a fonte de origem dos intelectuais voltados a explicá-lo. Ele propõe:

“Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular. (Gramsci 1981, 18).”

Gramsci acredita veementemente que não há algo como uma ordem natural. Ele acredita que a ordem aqui estabelecida é oriunda do senso comum, que a concebe da mesma forma como a deixou de conceber em eras anteriores. Nesse sentido, a mudança social só poderia se dar por meio do convencimento intelectual das massas, no sentido de uma atividade crítica do pensar para com os atos do mundo, do chamado bom senso orientado por, pelo e para o partido. Tudo emanando de uma classe que se quer ver no poder.

Só há um problema aqui. Diferente dos outros grupos e ideologias sociais que encontram-se de fato em algum lugar na disputa inconciliável entre classes, o libertarianismo não tem uma classe para fazer sua. Mesmo as análises de classes como a de Conger, ou a de Hoppe, não estão fazendo mais do que identificar que há um conjunto de indivíduos que antagoniza a perspectiva libertária por meio de atos coercitivos. Longe de identificarem uma tendência social, eles estão tratando da mentalidade criminosa (estatista) em si mesma e não como um ato oriundo de um pensamento de classe.

Essa percepção faz com que a nossa análise social seja muito mais próxima a um realismo quanto às instituições do que a um pensamento fundamental de que as instituições estão cooptadas por esse ou aquele pensamento.

Os problemas estão nas próprias instituições e na forma como essas foram concebidas como inimigas veementes da ordem natural, o tipo de pensamento dominante é uma variação do estatismo propriamente dito e esse não tem forma própria, é apenas impulso para o conflito.

Nesse sentido, não há o que pensar-se em tomar as universidades e o meio cultural. As instituições são moldadas para o jogo político, o jogo do todos contra todos, são mecanismos que surgem justamente para propagar planos de atuação política. Em nada configuram as instituições criadas pela ação não intencional dos indivíduos que Menger com tanta eloquência caracterizou.

Tratam-se de constructos artificiais, voltados a engenharia social e a extirpação do pensamento crítico real.

Então qual é a alternativa dado que a tomada dessas instituições é jogar em terreno inimigo? A criação imediata de mecanismos de escoamento da ordem natural. Um exemplo claro é a Universidade Libertária. Criada com a intenção de fomentar as discussões novamente e criar uma Universidade a parte, fora das universidades contaminadas pelo MEC, criar uma universidade em que o ensino seja de fato livre e libertador.

Isso não significa que o ensinamento de tal Universidade seja sobre libertarianismo em si mesmo. A Universidade é libertária em um sentido muito mais amplo e todos os pensamentos são amplamente aceitos nela, de marxistas a liberais, de anarquistas a conservadores, todos os grupos são bem vindos na Universidade Libertária. Mas, ela é libertária no sentido que é feita para além dos parâmetros do MEC, para além das grades que foram providenciadas e pensadas pelo aparato burocrático.

Ela busca emancipar os sujeitos de algumas crenças fundamentais a esses modelos, como a existência de um parâmetro de autoridade que emana do consenso da academia, como o financiamento forçado da perpetuação das ideias de dado grupo, como a existência de parâmetros quase metafísicos de pesquisa que se não seguidos invalidam o conteúdo, de uma quase adoração para com a ferrenha indústria de artigos e periódicos.

Ela então se faz diferente e integra o estudo à vida do sujeito. Só existem as aulas que há retorno para que ocorram. Sendo assim, um curso de filosofia pode perfeitamente carecer de aulas elaboradas sobre Immanuel Kant, Tomás de Aquino ou de qualquer autor libertário perfeitamente. Da mesma forma, um professor deve dar aulas caso queira, escrever caso queira, pesquisar caso queira. Depende apenas de si como fará para reunir as condições de financiamento de si mesmo, e mantém uma relação com a Universidade Libertária na qual essa é apenas uma das partes envolvidas nas transações que efetivamente pagam seus salários.

Ainda mais, a Universidade Libertária foi criada para dar diplomas daquilo que efetivamente vier a ensinar, algo que há muito as grades engessadas não tem espaço para permitir. Afinal, se o sujeito quer aprender filosofia da ciência, porque deve estudar lógica? Se quer estudar impressionismo, porque deve estudar cubismo? Porque é ensinado a ele mais do que ele gostaria?

A Universidade Libertária não tem uma fórmula pronta para as questões educacionais. Ela se caracteriza apenas por abrir as portas para todas as possibilidades que não sejam a resposta pronta criada pelo MEC, para essa porta já há universidades demais mundo afora. Esse mecanismo auto-gestionário, essa fórmula de repensar as relações para além dos parâmetros determinados pelo estado, se concentrando em criar ao invés de mudar aquilo que foi moldado para não ser mudado é a marca desse eixo.

Revisionismo

Outro eixo extremamente importante é a adoção sistematizada do Revisionismo. É a percepção que a estrutura social é tão múltipla que as respostas a todos os eventos humanos já terem sido encontradas cria profunda estranheza em todos que pensam sobre de forma mais atenta. O pensamento da revolução científica é interessante e pode nos ajudar aqui. Há a falsa ideia de que os cientistas do passado estão linearmente conectados com o pensamento de hoje.

Sobre isso diz o brilhante Thomas Kuhn:

“O manual sugere que os cientistas procuram realizar, desde os primeiros empreendimentos científicos, os objetivos particulares presentes nos paradigmas atuais. Num processo frequentemente comparado à adição de tijolos a uma construção, os cientistas juntaram um a um os fatos, conceitos, leis ou teorias ao caudal de informações proporcionado pelo manual científico contemporâneo. Mas não é assim que uma ciência se desenvolve. Muitos dos quebra-cabeças da ciência normal contemporânea passaram a existir somente depois da revolução científica mais recente. Poucos deles remontam ao início histórico da disciplina na qual aparecem atualmente. As gerações anteriores ocuparam-se com seus próprios problemas, com seus próprios instrumentos e cânones de resolução. E não foram apenas os problemas que mudaram, mas toda a rede de fatos e teorias que o paradigma dos manuais adapta à natureza.”

Não temos nenhum motivo razoável para acreditar que tenhamos uma linearidade entre a percepção antiga e a percepção atual do mundo e tal linearidade só pode ser possível se pensada a

luz de um fio condutor aprioristicamente provado na história, de elementos que estejam disponíveis a todos em todos os tempos e todos os lugares. Somente à luz de tais reflexões sobre a natureza humana é que é possível enxergar uma linearidade entre os paradigmas do passado e do presente.

Sendo assim, a postura que temos que adotar é clara. Precisamos revisitar constantemente os documentos de todos os eventos históricos, de todas as descobertas científicas e interpretar nossas ponderações com originalidade quando assim o for, mas demonstrar que elas poderiam apenas ser parte integrante da própria reflexão da época. Isso é uma atitude extremamente importante. Isso faz com que os mais diversos eventos históricos comecem a ser visualizados do único componente histórico de todos os eventos históricos, do dado mínimo: a experiência do indivíduo.

Interdisciplinarietà

Um libertário deve estar profundamente orientado ao fato que a realidade se apresenta em duas camadas reais e que se comunicam entre si. A esfera do ideal e a esfera do real. A ação é o instrumento pelo qual nós transitamos da esfera do que esperamos que aconteça, de nossas especulações, da projeção dos comportamentos para o que efetivamente acontece, para a concretização ou fracasso das nossas especulações, para o comportamento concreto.

Ao mesmo tempo em que agimos, atualizamos nossas perspectivas baseados na experiência e então temos uma nova noção do

parâmetro de ação, dos nossos fins, objetivos que almejamos com as ações. Isso significa que a experiência é um dos parâmetros que traz a perspectiva sob a qual iremos lançar nossas especulações. E isso não se dá de forma diferente com as especulações de cunho teórico.

As ideologias, o liberalismo, o anarquismo, o conservadorismo, o socialismo e também o libertarianismo, elas existem e são adotadas pelas pessoas em função da existência de uma parcela comum de experiência entre as pessoas. Segurança, Liberdade, Tradição, Partilha, Propriedade. São todos conceitos que fazem menção a parcelas reais de experiência e que desembocam nas teorias que deram origem a essas cosmovisões. Ignorar qualquer uma dessas é ignorar parte da realidade.

O libertário não pode se dar a esse luxo. Deve ler e analisar as diversas correntes e entender melhor cada uma das parcelas da realidade que se apresentam diante de si, aproveitando o que se puder aproveitar de cada uma delas. É nesse sentido que a ação libertária deve ser interdisciplinar, no sentido de aproveitar ao máximo as reflexões de outras correntes.

Ela também deve ser interdisciplinar no sentido de abranger todos os indivíduos, com todas as suas capacidades e todas as suas possibilidades.

Um programador morreria de fome há trezentos anos atrás, na ausência da expertise do trabalhador no campo¹¹. Só a divisão de trabalho é capaz de possibilitar a existência do programador.

E é nesse sentido que devemos ser o mais amplos o possível para todos os tipos de conhecimento e suas aplicações para a ação libertária.

Do pedreiro ao físico quântico, todos têm o que adicionar.

Agorismo

Existem diversas correntes libertárias. O gradualismo se caracteriza pela diminuição progressiva do estado por meio da ação política dentro do próprio estado, enquanto o purismo se caracteriza por ações onde os libertários não se envolvem com o estado como medida de combate, como, por exemplo, não votando, não se elegendo e buscando não usar serviços do estado. O agorismo se mostrou ser uma medida em que são usadas formas de vida onde tentamos nos blindar do estado, emancipando-nos como indivíduos através da prática consistente da contra-economia aliada aos princípios libertários.

O contexto do surgimento do agorismo se deu nos Estados Unidos, no final do século XX, por meio de Samuel Edward Konkin III. Em 1968 ele descobriu o libertarianismo ao ler o livro “Revolta

¹¹ Devo essa constatação a um grande defensor da liberdade que participou de discussões importantes para a confecção desse livro.

na Lua” de Robert Heinlein, cujo título original em inglês é “The Moon Is a Harsh Mistress”. O livro é um romance, sendo assim, uma ficção, onde conta sobre a revolução libertária que se deu com a colonização da lua contra seus governantes da Terra. Ele ficou fascinado pela visão “anarquista racional”, assim descrita no livro, do personagem “Professor Bernardo de la Paz”, o líder intelectual dos rebeldes na Lua. Mais tarde, Konkin foi estudar química na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, onde através de seu colega de quarto descobriu os textos da filósofa e romancista Ayn Rand e, depois, dos economistas Ludwig Von Mises e Murray N. Rothbard. Durante seus estudos também descobriu que o Professor Bernardo De La Paz, personagem do livro que havia aberto seus olhos, era baseado em uma pessoa real, o pensador anarquista de mercado Robert LeFevre.

Em sua obra, “O Manifesto do Novo Libertário”, ele questiona a respeito de como os libertários devem viver sua vida. E é levado a concluir que os libertários devem evitar todas as formas possíveis de dependência do estado.

É importante compreendermos o que é a contra-economia, para investigar o agorismo ainda mais a fundo, pois a economia faz parte do nosso dia-a-dia. Ela é usada pelo estado para controlar a população, pois a anatomia do estado é de uma entidade coercitiva que obriga as pessoas à se sujeitarem às suas decisões mas que fraca demais para sujeitar a todos o tempo todo, precisa fazê-lo de forma indireta. Com isso, o poder que tem em suas mãos o permite violar a liberdade individual.

Outro fator que torna importante entender a economia, é que ela te faz entender como funciona o mundo. Como já dizia o próprio Konkin:

“Se as pessoas entendessem de economia, governos coercitivos não existiriam” (Konkin, 2017).

A economia é o fenômeno da ação humana dos indivíduos buscando satisfazer seu conforto diante da escassez material. A escassez é a origem de todos os conflitos e com a economia não é diferente. Um mercado surge sempre quando há uma apreciação subjetiva a ser atendida que seja procedida por uma oferta, e como essa oferta não é infinita, vem à tona a produção e o consumo dos bens, que se tornarão bens econômicos ao serem misturados bens de natureza e trabalho humano aplicado.

A prática do agorismo não ocorre, e não deve ocorrer, apenas porque defendemos o libertarianismo ideologicamente, mas porque queremos também nos proteger economicamente. Há razões o suficiente para descartar totalmente o planejamento econômico estatal e buscar um sistema que opere para fora das operações do estado.

etimologia da palavra Agorismo vem da palavra grega Ágora, que eram os mercados livres onde se discutia política na Grécia Antiga. Apesar da palavra “ágora” se parecer com a palavra “agora”, que significa “neste momento”, o termo não possui nenhuma relação com este significado. Agorismo é um neologismo criado por Samuel Konkin III.

Gestão de Riscos na Cartilha Agorista

Suponha que você deseje fazer algo Contra Econômico. Para ser específico, você pode comprar algo por US \$10.000 e vendê-lo por US \$20.000. Sua sobrecarga regular é de US \$5.000. Seu lucro líquido sobre o investimento é de US \$5.000 (em um investimento de US \$15.000, que é 33%, extremamente alto), mas, como há um risco, como você pode saber se vale a pena?

Digamos que o governo afirme que ele pega 20% daqueles que fazem o que você quer fazer. Se você for pego, a penalidade será uma multa (máxima) de US \$50.000 ou seis meses de prisão. Sua “desvantagem-arriscada”, então, é de 20% de US \$50.000, ou seja, US \$10.000.

Neste exemplo, não valeria a pena: ganhar US \$5.000, mas arriscar perder US \$10.000. Se a taxa de apreensão fosse de 10% e a multa de US \$25.000, seu risco seria de US \$2.500 para um ganho de US \$5.000. Como é óbvio, você poderia ser pego uma vez em dez, pagar suas multas e ainda sair à frente.

Naturalmente, todos esses cálculos fazem certas suposições sobre seus valores subjetivos. Você pode temer riscos ao ponto de adoecer, e logicamente que qualquer risco para você é demais. Mas também você pode amar frustrar o estado e assumir altos riscos por ganhos mais baixos apenas para se divertir.

Na verdade, uma estimativa de risco mais realista incluiria o preço de um advogado para vencer suas acusações e a probabilidade de ser condenado após a apreensão.

Suponha que o adiantamento pelo seu advogado aumente sua sobrecarga em US \$1.000 por transação. Agora, sua recompensa é de US \$4.000, mas a taxa de condenações (com barganha e atrasos

nos tribunais) é de apenas 20%. (Novamente, isso é alto em muitas jurisdições; muitos casos são descartados muito antes de serem julgados.)

Agora seu risco, usando nossos primeiros números, é 20% de 20% de US \$50.000, ou US \$2.000. Com um lucro de US \$4.000, uma perda de US \$2.000 deteria poucos empreendedores. Se você quiser uma fórmula simples para o seu próprio negócio, tente isto:

Pagamento Contra-Econômico = Lucro - perda = (Preço prometido) menos (custo mais¹² despesas gerais) menos ((penalidade ou multa) x (probabilidade de prisão) x (probabilidade de condenação)). Se positivo, vá em frente. Se negativo, não vá. (Konkin III 2018, 47/48).

Esse trecho da Cartilha Agorista foi aproveitado em sua inteireza pelo seu caráter incrivelmente didático em relação a como considerar a contra-economia no papel para decidir se os riscos devem ou não ser tomados. Nossos comentários aqui devem ser voltados a trazer um paralelo ainda mais significativo em relação à essa tomada de decisões.

Quando é que nós podemos considerar que a decisão é subjetivamente mais apreciável? Há algum caráter que possa contrabalançar o risco de ser preso? É aqui que entra o incrível Jeitinho Brasileiro. Aqui, a maior parte dos processos não vai para frente. Aqui, a maior parte dos assassinatos não são investigados. Com

12 A fórmula do autor original abate despesas gerais do custo. Porém, é logicamente dedutível que quanto mais despesas você têm menos você lucra, então seria mais inteligente somar os custos às despesas gerais. A fórmula original do autor é a seguinte: Pagamento Contra-Econômico = Lucro - perda = (Preço prometido) menos (custo menos despesas gerais) menos ((penalidade ou multa) x (probabilidade de prisão) x (probabilidade de condenação))

uma advogado suficientemente displicente, a maior parte dos casos demora tanto tempo para ser julgado que será improvável que a pena ainda esteja vigente.

Temos um raro cenário no Brasil em que a mesma coisa que cria tanta impunidade para bandidos e marginais também é uma de nossas principais armas. Duvida dessa premissa? Pesquise o tempo médio de um processo penal numa pesquisa rápida no CNJ. Esses dados mudam ano a ano, estado a estado, então não valeria a pena trazer uma pesquisa sem alcance nacional, mas é certo que o tempo decorrido do processo é um alívio significativo nessa consideração de riscos.

Além do mais, o tratamento em qualquer país para crimes violentos e crimes não violentos é significativamente diferente. Libertários costumam envolver-se em crimes sem vítima, de menor potencial ofensivo, indicando penas menores e mais brandas.

Da Desobediência Civil

A desobediência civil é caracterizada como uma ação que viola a vontade do poder civil do estado, Mas, como isso é possível se estamos sendo dominados pelo Leviatã? Com tudo isso que foi dito, eu espero que o caro leitor tenha entendido que, embora pareça impossível se livrar do estado, a vontade do estado é recorrentemente violada.

Basta olhar os noticiários e veremos a corrupção e outras formas de violações de propriedades que não sejam feitas pelo estado.

Ainda sim, antes de bater em qualquer espantalho, peço ao leitor que entenda que o que eu quero dizer não é que você deva sair por aí cometendo diversos crimes. O que estou querendo dizer é que você, libertário, deve violar a vontade do estado em tudo aquilo que concerne a se defender daquele.

A desobediência civil é, dessa forma, uma legítima defesa contra o inimigo, que é gangue de ladrões dos parasitas do estado. Com isso, ainda que você venha a ser perseguido pelo mesmo, ser pego em emboscadas, ser intimado a depor, ser ainda mais roubado... tudo valerá a pena se você for capaz de se livrar dele de alguma maneira.

É verdade que há muitos libertários usuários do estado. É impossível viver em uma estado-nação sem usar pelo menos algum serviço deste, como, por exemplo, andar na rua.

Não é possível uma pessoa flutuar pelo espaço, logo, todos nós, indivíduos, cometemos alguma forma de violação de propriedade. Mas, isso não significa que nossa vontade de violação foi posta em funcionamento, apenas a vontade de agir livremente, embora sejamos violadores dos indivíduos que foram obrigados a financiar aquela parte usada por nós, seja lá quem quer que seja.

Assim como outros são violadores por usarem partes as quais nós fomos obrigados a pagar.

É importante frisar: não há dolo aqui.

Entretanto, nenhuma obediência civil compulsória demonstra a invalidade do libertarianismo, pois o homem ser antiético é próprio da sua natureza limitada e imperfeita, especialmente se este vive no território coercitivo de um estado-nação.

Na verdade, isso só demonstra o quanto o sistema compulsório do estado é complexo e problemático. O que não se deve aceitar levemente é a obediência civil quando o oposto poderia ser feito.

Com tudo o que foi dito, é necessário também falar no caso de David Thoreau, que escreveu um livro com este mesmo título, A desobediência civil. Thoreau foi um homem que foi preso pelo estado americano por sonegação de impostos para não financiar a guerra presente em sua época. Isso será bastante importante para o capítulo, mais à frente, de presos políticos, e ainda mais importante para o nosso próximo capítulo, sobre a sonegação de impostos. A desobediência civil é nossa obrigação maior.

Como afirma Murray N. Rothbard:

“Devemos, portanto, enfatizar a ideia de que “nós” não somos o estado; o governo não somos “nós”. O estado não “representa” de nenhuma forma concreta a maioria das pessoas¹. Mas, mesmo que o fizesse, mesmo que 70% das pessoas decidissem assassinar os restantes 30%, isso ainda assim seria um homicídio em massa e não um suicídio voluntário por parte da minoria chacinada. Não se pode permitir que nenhuma metáfora organicista, nenhuma banalidade irrelevante, obscurece este fato essencial.” (Rothbard, pag. 8).”

O que fazer então? Tome o hábito de desrespeitar as normas do estado. Em tempos de quarentena, evite ao máximo respeitar as normas onde quer que isso represente subserviência ao estado.¹³

Não vote, não se apresente ao quartel, não tenha um diploma (ou, de preferência compre-o, essa é a expressão final de desprezo ao amor que o sistema tem pelos diplomas), não contrate indivíduos usando a CLT, não atenda fiscais e funcionários públicos em seu estabelecimento, não tenha uma CNH, não ligue para as normas do estado, tenha um gato¹⁴ em sua casa, fure um poço, venda sem nota.

Claro que se em alguma dessas questões o estado criar empecilhos o suficiente para desmotivar a ação, como por exemplo o desligamento dos seus documentos caso não se apresente ao quartel ou até mesmo a prisão caso não use máscara em algum lugar, você pode reconsiderar fazer essas coisas.

Mas, na medida em que o risco for controlado, na medida em que puder fazer essas coisas sem receber grandes oposições do estado, faça-o. Onde puder resistir, seja resistência.

Ninguém está pedindo a você para que seja um mártir, mas que onde conseguir criar dano ao estado, que se crie.

13 Isso não é uma carta branca para desrespeitar normas privadas. Se discorda de uma norma privada, apenas boicote o local em questão. Além do mais, se você concorda com a norma do estado, ela não é uma norma do estado para ti, mas uma expressão da sua própria vontade. Se acha que deve usar máscaras, por exemplo, por algum motivo maior do que as ordens do estado, use-as.

14 Desvio da energia elétrica antes dela passar pelo registro.

Do Mercado Negro

Existe uma divisão entre as cores dos tipos de mercados. Mercado negro, branco, cinza e vermelho. O mercado negro se trata de práticas, que embora sejam ilegais, são morais e salutaras, o mercado vermelho se referem às as práticas que são banidas pelo estado e são imorais/violentas; o mercado cinza são as práticas banidas salvo quando aprovadas pelo estado; o mercado rosa são as práticas aprovadas e conduzidas pelo estado, que são violentas/coercitivas; e o mercado branco são práticas aprovadas pelo estado.

Aqui iremos nos limitar a falar do mercado negro. O quão relevante o mercado negro, no mundo e no Brasil, é? E qual o seu tamanho?

É complexo mensurar o tamanho do mercado negro, os quais, nós, libertários agoristas chamamos de “contraeconomia”. Isso não quer dizer que a contra-economia é o mercado negro, ou todo ele. Na verdade, sabemos que o mercado negro faz absurdos, mas não em todos os casos. Então, aqui, nos limitamos a defender ações não-agressivas do mercado negro.

É importante constatar também que há formas de contra-economia que não são práticas do mercado negro, como a sonegação, mas demonstraremos isso nos próximos tópicos.

Nessa direção, os praticantes da contra-economia precisam se esconder, por questão de proteger a sua própria segurança, então, apenas por esse motivo, já é muito difícil encontrar informa-

ções referente a esses mercados. Além disso, medir o tamanho do mercado já é uma tarefa complexa, normalmente a única forma é através dos relatórios governamentais utilizados para tributação. Mas, mesmo nesses casos, a tarefa é complexa, pois as pessoas podem reportar de forma errada, intencionalmente ou não.

Além disso, cada país têm suas próprias leis e categorizações, bem como as organizações anti-mercado-negro. A ONU (Organização das Nações Unidas), por exemplo, tem um escritório para “Drogas e Crimes”, em que faz relatórios anuais do número de apreensões de drogas, de armas, de animais selvagens e outras economias normalmente proibidas pelos estados.

Apesar de não divulgarem mais estimativas sobre o tamanho do mercado de drogas, eles fizeram essa estimativa em 2005. Nesse relatório de 2005, eles estimaram que em 2003 o mercado ilegal de drogas era de 320 bilhões de dólares no ano.

Fazendo algumas estimativas baseadas nos números atualizados que a própria ONU oferece, como número de pessoas que utilizaram drogas ilegais e número de apreensões de droga, fizemos algumas estimativas, chegando em algo em torno 727 bilhões de dólares ao ano.

Falando apenas de economia informal, no Brasil ela representa pelo menos 17% do PIB. Isso é o que as estimativas mais conservadoras demonstram, mas algumas estimativas, como as de um estudo do Fundo Monetário Internacional, o valor da economia

informal no Brasil chega a mais de 35% do PIB brasileiro. E se somarmos outros setores, esse número pode ser ainda maior.

O mercado de drogas, por exemplo, se utilizarmos as mesmas estimativas com base nos dados da ONU, chegamos em um mercado de 20,3 bilhões de dólares por ano no Brasil. Isso representa mais de um por cento do PIB brasileiro.

Estimando o tamanho do mercado de prostituição, soma-se mais um bilhão de dólares. Apenas para comparação, a agricultura no Brasil representa 4,4% do PIB e a indústria automotiva representa 6%. Estamos dizendo que a contra-economia no Brasil pode representar até 6 vezes o tamanho da indústria automotiva.

Da Formação dos Mercados Alternativos

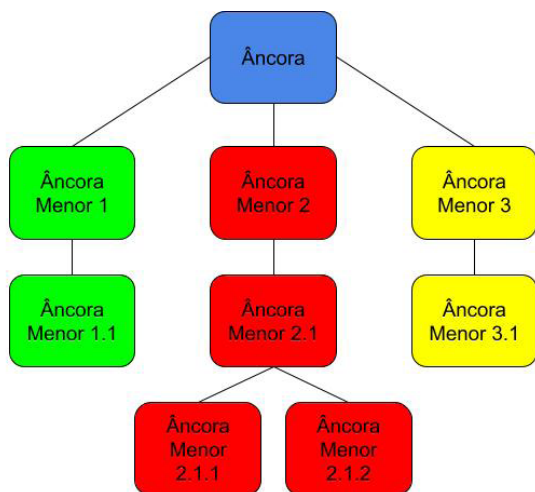
A coisa mais importante a se ter em mente é que por maior que sejam os mercados alternativos no Brasil é que eles não possuem uma identidade propriamente libertária. Eles são imbuídos de uma ótica de informalidade misturada com sobrevivência. Tome a Uruguaiana ou a 25 de março como exemplos. Ali, diversos atos relativos a mercados negros e cinzas ocorrem de forma livre, até mesmo ligados ao mercado vermelho, na forma de clínicas de aborto/remédios abortivos.

Entretanto, não há uma perspectiva entre aquelas pessoas de que eles estejam fazendo algo propriamente dito libertário, o que impede que eles partilhem das mesmas posições que nós na prática

em várias situações. Um exemplo claro é a quantidade de produtos roubados e falsificações fraudulentas que encontramos nesses locais. Por esse e outros motivos se faz necessária a criação de locais tipicamente libertários.

Para isso, propõe-se aqui a criação de redes locais utilizando-se do sistema de Trust Chain, no qual a integridade dos membros é garantida por uma rede. A ideia é simples, começando-se por âncoras de confiança, nós estabelecemos uma cadeia em que os primeiros membros possuirão um indivíduo em comum que será aquele que dirá que todos aqueles indivíduos fundadores são indivíduos confiáveis.

Logo depois, esses membros confiáveis podem relacionar-se entre si baseados na confiança na âncora por eles. Emanando dessa confiança que todos tem no fundador, eles passam a poder inserir novos membros na cadeia, responsabilizando-se pelo membro em questão. Para ilustrar:



Numa rede como essas, todos os indivíduos estão autenticados, e todos os indivíduos podem fazer transações com todos os indivíduos anteriores e de outras cadeias subsequentes da primeira. Claro que para cada âncora menor, a entrada em cadeias de derivação colaterais são menos confiáveis que cadeias diretas, mas isso não impede que elas estejam assinadas para início de conversa.

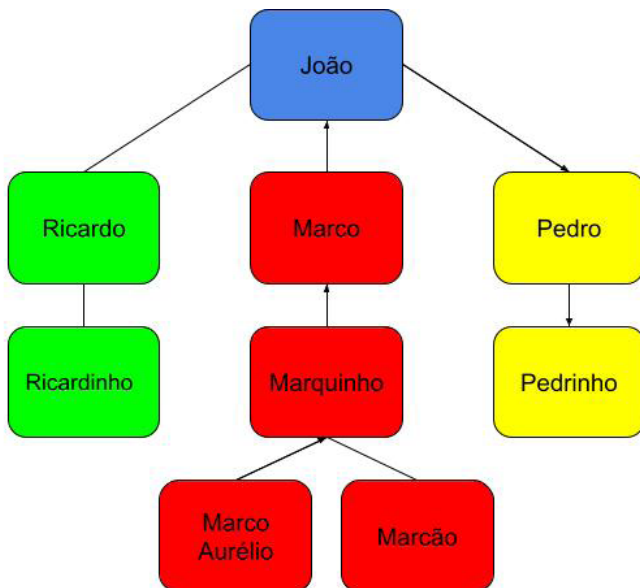
Pense assim: João fundou uma Trust Chain. Ele conhece Pedro, Ricardo e Marco e confia neles. Pedro, Ricardo e Marco tem uma relação de distância entre eles. Agora, pense que Ricardo, Daniel e Pedro chamem três indivíduos, Ricardinho, Marquinho e Pedrinho, cada um deles agora é parte da rede. Eles confiam na rede porque Ricardo, Marcos e Pedro, respectivamente, confiam na rede por confiarem em João. Sendo assim, a chance deles aceitarem fazer uma troca com Pedro, Ricardo e Marco está no quanto confiam no julgamento de quem os trouxe para a rede sobre a confiança em João.

Agora, imagine que Marquinhos decide chamar Marcão e Marco Aurélio para a rede. Ao chamá-los, quando eles realizam trocas com Marco eles estão a uma pessoa de distância, Marquinhos, e por confiarem no julgamento de Marquinhos sobre Marco é que aceitam transacionar com Marco.

Claro que é mais fácil quando isso acontece e as relações são diretas. Mais difícil seria se Marco Aurélio fosse ter uma relação com Pedrinho.

Ele depende de confiar no julgamento de Marquinho sobre Marco, no julgamento de Marco sobre João, no julgamento de João sobre Pedro e no julgamento de Pedro sobre Pedrinho.

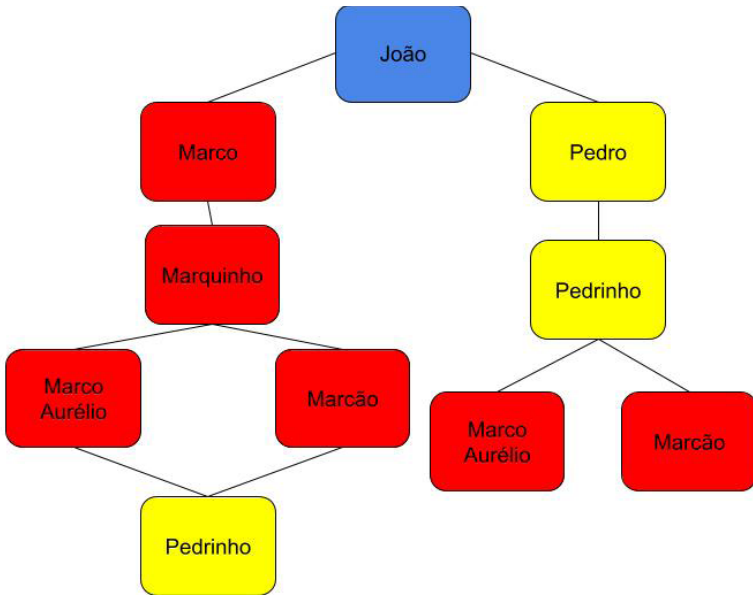
Algo como na figura:



Agora, conjecturando que Marco Aurélio e Marco façam trocas bem sucedidas com Pedrinho e com Ricardo não, que ele acabe protagonizando uma fraude que é identificada por todos.

O que acontece? A cadeia de confiança que envolve Ricardo é removida da Trust Chain, mas a cadeia que envolve as relações com Pedro e Pedrinho é aumentada.

Como na figura abaixo:



Qual a cadeia mais confiável? A que possui um número maior de conectores. Sabemos que ela não apenas reúne mais recursos, mas que foi posta à prova mais vezes. A cadeia oriunda de Marco aumentou mais do que a cadeia oriunda de Pedro, ela foi mais testada do que a de Pedro, porque mais confiança precisou ser administrada (a distância de pedro para a âncora é menor do que a de Marcão e Marco Aurélio)

Quando uma cadeia tem milhares de transações bem sucedidas, quando ela possui vários e vários membros sem se desfazer, é possível pensar em transacionar níveis acima e preservar-se nas relações de mais confiança. Enquanto isso não é possível nas relações colaterais

Sendo assim, a melhor forma de aplicar o conceito de trust chain de forma segura é expandi-lo.

E para isso, recomenda-se a criação de grupos locais envolvidos com mercados paralelos. Recomenda-se a utilização de tokens específicos para os grupos, de tal forma que o dinheiro em questão seja transferido única e exclusivamente nesse token. Isso faz com que a transação não passe em moeda estatal e seja menos reconhecível.

Além do mais, recomenda-se a troca de produtos simples, como carne, leite, ovos, roupas e afins. Fazendo-se o possível para incluir pessoas do dia-a-dia nessa trust chain, de preferência criando um sistema de reputação para privilegiar determinados braços da trust chain baseado no número de transações e reputação histórica da mesma.

Essa teia também tem a vantagem que a relação entre Marco Aurélio e Ricardinho que resultou em fraude só aconteceu porque Marco Aurélio foi informado da existência de outros ramos da cadeia, porque do contrário, uma mesma trust chain pode ter diversos ramos sem que os participantes saibam quem são aqueles que participam nos outros ramos, ou até mesmo em níveis superiores dentro daquele mesmo ramos

Ramos mais confiáveis irão prosperar enquanto ramos menos confiáveis irão morrer. É só pensar que Marquinhos agora dá origem a dois ramos diferentes que podem convergir ou não, baseado em se eles vão ou não querer que convirja quando repassarem a chave para a próxima pessoa da cadeia. Além do mais, isso soluciona um problema que seria a corrupção de ramos da cadeia.

Caso Marco Aurélio ao indicar alguém erre na sua indicação, o ramo maior de Marcão continuará ativo, sem contaminação.

Isso se dá porque o fiel de todas as balanças, a âncora que poderia contaminar a todos, é João e todos os outros ramos só terão um problema se esse primeiro braço for contaminado. E, até mesmo nesse caso, é possível quebrar a cadeia e continuar de um determinado ponto. Digamos que João seja preso e seja considerado contaminado. O que aconteceria com os outros ramos seria a contaminação geral. Mas, ramos menores podem continuar suas transações normalmente, por meio da criação de um novo token ou da adoção do token com a matriz começando em Marco ou Pedro, com a “queima” dos tokens em posse de João, pela inaceitabilidade dos tokens por não passarem pela assinatura vigente.

Para isso, basta que todos os signatários reconheçam a alteração do ramo de Marco em uma âncora primária. As assinaturas anteriores seriam deletadas, removendo o ramo de Pedro, mas não as interações de Pedrinho e outros desse ramo com o ramo maior, preservando a memória das relações bem sucedidas da cadeia.

Mantendo assim um sofisticado sistema de reputação que, depois de iniciado, não poderia ser parado nem mesmo pela prisão dos membros fundadores ou por rixas entre os membros que podem a qualquer momento optarem por ramos menores e quebrarem a corrente em prol da saúde da rede.

Do processo de organização

Quanto ao começo, comece imediatamente por algum lugar. Você necessariamente será líder ou liderado nesse processo. Se for líder, comece imediatamente a reunir os membros que tem interesse em sua localidade. A internet é um lugar interessante para começar, mas não descarte o boca a boca na sua região. Se for ser liderado (e a maior parte de nós será), se coloque à disposição, coloque seu bolso, seu tempo, sua rede de conhecidos e seu conhecimento técnico à disposição.

Ninguém está dizendo pra deixar de sustentar-se e pensar exclusivamente num coletivo. Parte dos valores morais de um libertário o levam a acreditar que homem algum deve ser um fardo para o outro. Mas, o de direcionar concretamente recursos para a mudança que deseja ver no mundo. Se decidirem usar-se de algum aparato tecnológico desde o início, considere usar redes já bem estabelecidas, ou investir no aprimoramento de alguma rede já usada, tendo em vista que redes já testadas são mais fortes.

Busquem morar próximo de outros libertários, ruas libertárias devem ser pensadas buscando-se sempre como critério a propensão a ação libertária nessa localidade. Baixa resistência policial, baixo efetivo, cultura local propícia e afins.¹⁵

15 Uma objeção natural a essa questão é que isso tornaria fácil demais prender libertários, já que estariam todos juntos. Mas, a questão é mais simples do que parece, existem limites práticos e mesmo que se quisesse manter todas as lideranças libertárias no mesmo local não seria possível. Essas limitações, de todo tipo de ordem, seja por inimizade ou de recursos suficientes para tal, mantém o equilíbrio de localidades necessário para que a perpetuação e sobrevivência Essas limitações, de todo tipo de ordem, seja por inimizade ou de recursos suficientes para tal, mantém o equilíbrio de localidades necessário para que a perpetuação e sobrevivência do credo libertário seja possível.

Outra coisa a ser pensada é que os libertários precisarão de fundações e rostos para esse processo. Considerações quanto a libertação de presos políticos serão feitas mais a frente, mas já vale salientar que esses serão os primeiros a serem presos. Vale lembrar também a necessidade da manutenção de frentes amplas entre libertários com a finalidade de consolidar redes do tipo. Já somos numerosos o suficiente para que algo assim seja possível, o que impede os libertários atuais com maiores públicos de consolidar algo do tipo é tão somente a inércia, a dedicação ao meio político eleitoral e a intriga não produtiva entre os grupos.

Da Sonegação

A sonegação de impostos é o não pagamento de impostos, desviando o dinheiro que, supostamente, iria para a Receita Federal, para outro cofre que não para os “cofres públicos”. Inclusive, este mesmo nome, “cofres públicos” é uma piada, tendo em vista que não temos acesso aos nossos próprios bens e estes não foram tomados pela nossa vontade.

Não há nada de público em algo que eu não possa ir lá e fazer uso quando quiser. Trata-se da propriedade privada dos governantes.

Muitos famosos já foram suspeitos de sonegação de impostos, desde o ídolo Neymar, do futebol brasileiro, até Renan Santos, um dos líderes do MBL - Movimento Brasil Livre, um movimento político de direita, mesmo este também tendo defendido que im-

posto não era roubo por conta da dívida histórica com seus ancestrais. Nós sabemos muito bem da enorme carga de impostos que temos aqui no Brasil, pois somos, diariamente, taxados sobre diversos espectros econômicos, como no consumo, na renda, na importação, etc. Mas uma coisa que chama muita atenção é a complexidade deste sistema tributário.

Esse livro de 7 toneladas e 2,10 de altura é a legislação brasileira tributária consolidada parcialmente. Ninguém sabe realmente o que precisa pagar de impostos. Se fossemos pagar tudo o que é supostamente devido, não faríamos mais nada a não ser calcular impostos, taxas e deduções. É justamente desse cenário que convidamos você a se aproveitar. Não há porque pensar em pagar a totalidade dos seus impostos. Em verdade, deve-se sempre fazer a opção por certo nível de sonegação. Para isso, existirão sempre diversas possibilidades que estão operantes em determinado período tributário.

Algumas são mais permanentes e é delas que iremos tratar. A primeira delas é a utilização de laranjas. Um laranja é alguém que empresta seu CPF para que determinada fonte de renda que faria a renda/patrimônio do sonegador ser maior do que o X que o estado considera isento ou pagador de uma alíquota menor, ou ainda pagador de um valor menor não venha a pagar o valor cheio relativo às cobranças.

A utilização de laranjas é extremamente importante. Um grupo de amigos próximos utilizam-se da famosa dupla MEI¹⁶ + Laranjas para fazerem com que negócios que giram 1 a 1.5 milhão de reais ao ano não paguem impostos.

Além dos laranjas, temos a famosa compra fantasma. É a compra que é feita de um fornecedor sem nota fiscal e que é repassada para o consumidor com uma espécie de nota recibo, que não carrega consigo a nota fiscal. Os donos do estabelecimento então emitem apenas uma parcela das notas reais e evadem-se de milhares em impostos. Essa tática era mais usada antigamente porque o fluxo de dinheiro físico permitia aos negócios que não passassem por sistemas bancários integrados. Hoje, em tempos de cartão de crédito, é cada vez mais difícil se valer dessa tática. Mas, tudo indica que com a crescente da adoção de criptos, tenhamos mais e mais novas compras fantasmas ocorrendo.

Além disso, descontos para compra à vista são extremamente importantes, na medida em que dinheiro físico é hoje mais escondido da fiscalização do que dinheiro virtual. Uma recomendação em tempos de inflação é a compra (sempre por meios escusos e discretos) de ouro e reservas de valor similares como o bitcoin, já que a valorização desses ativos é difícil das autoridades perceberem.

Uma dica valiosa é o receber em moeda estrangeira. Sempre que puder fuja do real. Isso é necessário porque as formas de busca

16 Modelo de tributação voltado apenas a pequenos empreendedores, com alíquotas de imposto menores e isenção de até R\$60.000 ao ano em impostos.

dos órgãos de justiça, como o Renajud, Infojud e afins é sempre através de instituições bancárias e patrimônios estáticos. Quando seu dinheiro está centrado em alguma empresa estrangeira você foge bastante da jurisdição imediata do governo brasileiro, evitando assim o fisco, ainda que eles venham a suspeitar de alguma atividade incomum.

Do Armamento

O desarmamento da população é uma das formas mais eficazes que o estado encontrou para controlar seu povo. O controle da população que os parasitas possuem se dá, em sua maior conta, porque ele detém o monopólio do uso da força. Na verdade, o que o estado é, segundo Murray N. Rothbard, em “Anatomia do estado” é isso: A organização dos meios políticos, e os meios políticos são o monopólio do uso da força. Ter armas é essencial, não apenas porque dilui o poder do estado, mas também porque coíbe abusos.

Sabemos bem que se um libertário andar demais na “linha” que implica a lei estatal, ele será tratado como um gado pronto para o matadouro. Isso porque o estado nos desarma justamente com a expectativa de nos deixar indefesos. Até nos países onde o armamento é liberado há limitação, pois não é permitido todo o poder bélico na mão de um indivíduo que o interesse do estado é manipular.

O fato é que é um grande absurdo que o estado nos impeça de nós mesmos nos protegermos. Isso é pensado com a justificativa de

evitar crimes. Todavia, por acaso, bandidos deixam de ter armas? Creio que não. As únicas pessoas que deixam de ter seu próprio armamento somos eu e você, que somos, para estes lobos, ovelhas prontas para o matadouro - e quem poupa lobo sacrifica a ovelha.

Um pai de família pode muito bem ser um assassino assim como pode muito bem ser alguém que quer proteger a sua família. Não há como verificar isso sem que essa hipótese seja testada.

Dito isso, o armamento na casa de cada libertário é uma necessidade.

Para isso, algumas medidas vêm a calhar.

- Frequente um campo de tiro: O melhor lugar para ter acesso a armas é perto de quem já tem acesso a armas. Encontrar ali pessoas para converter ao libertarianismo é poder passar armas de um lado para outro em possíveis conflitos armados.
 - Imprima armas 3d. Alguns libertários estão comprando armas 3d e propositadamente alardeando isso aos sete mares. O movimento que está se dando no Brasil nesse sentido tem uma direção: incentivar a impressão de armas 3D. Aborde personalidades libertárias que tenham impressoras 3D. Providencie o material e caso seja necessário algum upgrade específico para aquela arma, a cortesia diz que esses gastos devem sair do seu bolso.
-

- Caso more no Rio de Janeiro ou em São Paulo (ou qualquer região relacionada semelhante), há algumas favelas que são profundamente abertas à venda de armas, contate libertários da região em prol da localização desses. Agoristas em geral, principalmente aqueles que usam drogas, possuem contatos nessas favelas.
- Evite comprar armas quentes (com registros na polícia e afins). Muitas vezes um disparo realizado por uma arma quente te rende mais problemas do que a arma fria. Uma alternativa é comprar a arma quente e realizar correções no chassi da arma. Outra alternativa é comprar a arma de alguns dos poucos libertários que são torneiros mecânicos e similares.

Da Libertação dos Presos Políticos

Com a intensidade da atividade libertária aumentando, aumentará também o cometimento de “crimes”, dentro das definições estatais para “crime”. e mais perigosa a vida se tornará. Nesse contexto, o estado, que não quer ter o seu poderio ameaçado, irá nos caçar e nos colocar sob pressão. O que pode acontecer é sempre muito sério, pois uma das possibilidades é a tortura, e não é necessário que o governo seja uma ditadura militar para isso acontecer.

Caso um de nós sejamos presos, é quase uma obrigação nossa como libertários, trabalhar no processo de libertação desses presos. É claro, sempre começando pelos componentes secundários associados a tal: auxílio às famílias que estejam dependentes,

financiamento e administração de eventuais continuações das atividades criminosas (apenas de crimes sem vítimas) que esses estivessem realizando para sustento de sua família, envio de cigarros e outros itens úteis para a cadeia bem como a divulgação sistemática na mídia do acontecimento.

Além disso, há a necessidade de se trabalhar na fuga da prisão desse libertário. Fugas são relativamente comuns nas cadeias brasileiras e são importantes justamente porque há pouco envolvimento dos libertários com as facções e manter a atividade criminosa libertária como na verdade “criminosa”, apenas com a prática de crimes sem vítima, é algo vital.

Entretanto, caso esse preso considere viável a hipótese de formar relações na cadeia, com vistas a continuar a prática de atividades “criminosas”, um roteiro de ações é importante de manter em vista. É necessário criar um sinal para todos ali de que você é um libertário. Pessoas procuram pessoas e embora alguns presos possam fazer isso em vão, quão recompensador não será o momento em que seu símbolo for respondido com generosidade?

Sendo assim, a tatuagem de símbolos que façam menção ao libertarianismo, como a cobra de Gadsden, seriam interessantes.¹⁷ Idealmente, formar uma facção na cadeia poderia ser uma solução interessante para evitar que indivíduos pacíficos venham a envolver-se em atividades criminosas. A propagação de ideais libertá-

¹⁷ Atenção a diferenciação entre a Cobra de Gadsden e outras cobras. A cobra habitual já é um símbolo em algumas cadeias que remonta a fofoca e traição. Mas, passa inteiramente batida em outras cadeias. Entender isso é extremamente importante no contexto específico, não tatue algo que possa fazê-lo ser morto.

rios na cadeia também deve ser tentada. Afinal, poucos indivíduos conhecem mais a força de repressão do estado que presos, a prisão acaba retirando o véu por sobre a verdadeira face maligna do estado.

Tudo isso deve ser feito visando e buscando ao máximo a manutenção dos princípios de propriedade privada, usando-se a força apenas para defesa.

Entretanto, vale lembrar que do ponto de vista da ação libertária os agentes penitenciários são literais sequestradores e o uso da força contra os mesmos pode ter isso em mente.

Das Criptomoedas

O Bitcoin, herdeiro que é da tradição libertária, cypherpunk e cripto-anarquista, vem resolver alguns problemas incríveis, como o problema dos generais bizantinos, e vem aplicar questões de preferência temporal à criação da moeda.

A extensão dessas soluções precisa ser estabelecida na mente do libertário para que ele entenda nitidamente a revolução silenciosa que foi o Bitcoin.

Então, comecemos pelo básico. Qual o primeiro problema que o Bitcoin veio resolver? Partindo-se do princípio que toda moeda é um meio de troca indireto entre dois indivíduos que estão trocando o produto A pelo produto Moeda para então irem com a Moeda

no estabelecimento X que vende o produto D que eles queriam, ao invés de múltiplos escambos, ou seja, fazer trocas de A com B, B com C e então C com D para obter D; nós entendemos que a moeda é um ativo circulante que depende estritamente da nossa capacidade de irmos até o estabelecimento X e vermos a moeda aceita ali.

Só que para isso é necessário confiar-se que a moeda em questão, usada para comprar o produto A, de fato será aceita no estabelecimento X. Para isso, não basta apenas que estes aceitem a moeda Real, por exemplo. É necessário que no ato de venda do produto A pela moeda Real, de fato a moeda Real esteja sendo usada e não uma falsificação ou coisa do tipo.

Para isso, a solução dada pelo estado foi relativamente simples e consistiu em dois lados - um sistema de verificação físico, a famosa marca d'água da nota, e a proibição de todos os outros de emitirem moeda, ainda que eles tenham ouro para lastrear essa emissão. Daí surge a casa da moeda. Veja que houveram dois sistemas unidos aqui, um sistema jurídico de oposição a novos emitentes e um sistema prévio de verificação das moedas para apoiar os comerciantes.

O sistema jurídico aqui evidentemente só precisa existir justamente porque, apesar de dificultar o processo de falsificação, o sistema tinha falhas. Agora, qual a única forma de resolver esse problema sem a utilização de um sistema central lidando com os casos em que as falsificações passassem? O processo de autenticação tem que ser extremamente rigoroso, eficiente a ponto de independe de um ente coercitivo forçando o sistema na outra

ponta. Fisicamente, não era possível resolver esse problema sem chamar atenção do estado. Para lidar melhor sem a intervenção do governo, essa luta por uma moeda sem controle estatal partiu para o mundo digital.

Existe um problema bem simples, mas inacreditavelmente complexo para uma moeda virtual e que impediu essa solução de surgir durante anos. Uma vez que eu gasto meu dinheiro físico em um estabelecimento, não há formas de gastar novamente esse dinheiro. Ele agora é propriedade de outra pessoa. Mas, em virtude da forma como funciona a computação, em essência é tudo uma série de 0 e 1, assim há o problema desse dinheiro poder ser gasto duas vezes e você acreditar que o dobro, o triplo, o quanto mais um sujeito mal intencionado quisesse, de riqueza estaria circulando na economia. Uma catástrofe que faria até mesmo os keynesianos mais radicais questionarem a oferta monetária dessa economia virtual.

Além disso, uma moeda que surge em oposição ao componente centralizador da moeda estatal é naturalmente uma moeda sujeita a ataques por parte dos estados e de uma série de bandidos que com o estado são lidados pelo uso da força física. É necessário encontrar uma forma de impedir seguramente ataques ao sistema, por meio de um sistema de coordenação que permita a aqueles que são boas figuras se distanciar daqueles que seriam problemas para a moeda.

O problema que melhor ilustra isso é o problema dos generais bizantinos. Um castelo deve ser invadido, um bem equipado e bem guardado. Os generais estão cercando o castelo. O general A planeja lançar o ataque. Entretanto, como o exército está bem espalhado, o general não tem um controle centralizado sobre ele. O único jeito de derrotar o castelo é se as forças bizantinas lançarem um ataque planejado e sincronizado. Se houver alguma comunicação errônea, o ataque vai falhar. Em termos de planejamento comum, o único jeito que os generais tem de sincronizar os ataques é enviar mensagem por mensageiros.

Dito isso, há diversos cenários que podem levar à falha. Os mensageiros podem ser traidores, passando mensagens incorretas. Um dos mensageiros pode ser capturado e a mensagem pode acabar vazando, algum dos generais pode acabar traindo o exército. Em suma, existem diversos obstáculos que concernem à possibilidade de coordenar generais afastados entre si. E é esse cenário que assolava todos os apoiadores de uma moeda privada virtual.

A solução foi genial. Verificamos o dinheiro físico usando os elementos físicos contidos na moeda, então porque não verificar a moeda pelos atributos dela? Para isso, foi criado um grande mural público. Esse mural possui todas as transações que já foram realizadas. E cada nova transação terá necessariamente uma cópia de todo esse mural incluído nele¹⁸.

18 Na verdade, o que consta na transação é uma divisão entre o cabeçalho e o corpo do bloco, onde em cada bloco consta uma menção a transação anterior, garantindo a preservação da rede em cadeia. Mas, esse é um detalhe técnico.

Incluiu-se um processo de checagem, esse trabalho de checagem era basicamente a tarefa ingrata, porém bem remunerada, de descobrir qual seria a numeração do próximo bloco que iria para o mural.

O algoritmo escolhido foi o sha256, um algoritmo que tem a característica de só poder ser resolvido passando por todas as possibilidades dele e apresentando elas para o sistema.

Isso impede que mensageiros, isto é mineradores, tentem achar o número por outro tipo de caminho mais curto, que não exigisse passar por esse processo de checagem dispendioso.

Apenas a transação com maior número de blocos e confirmações é que é adotada pelo resto da rede. É uma forma de basear o sistema na prova de trabalho e não na confiança¹⁹.

Além disso, os blocos que entram no sistema são ajustados para terem uma dificuldade padrão, essa dificuldade faz com que os números dos blocos sejam encontrados a cada 10 minutos. Caso os blocos estejam sendo encontrados mais rápido do que em 10 minutos, então a dificuldade para achar o novo bloco será aumentada, o contrário irá diminuir a dificuldade da rede.

Com esses sistemas, enquanto o bitcoin tiver 50% + 1 dos seu poder computacional sendo utilizado por agentes bem intencionados, ele poderá manter-se íntegro como moeda.

¹⁹ Na verdade, o sistema é baseado no consenso criado pela prova de trabalho, mas isso exigiria discutir outros modelos possíveis de consenso, tarefa que exigiria um espaço que não há num manual.

Esse mecanismo, aliado a sistemas como a Trust Chain apresentada anteriormente, é extremamente importante para fazer caminhos paralelos que não dependam da verificação de uma entidade centralizadora como o estado

Algumas dicas relevantes para o uso do bitcoin que provavelmente serão úteis durante um bom tempo são:

- Para mais segurança e privacidade, rode um “node” completo. É possível apoiar esse processo por manter uma cópia integral e conectada a rede de todo o mural do bitcoin: blockchain, a corrente de blocos. É uma forma fácil de fazer uma carteira sem depender de terceiros, além de ajudar a manter descentralizada a rede. É possível baixá-la no site <https://bitcoin.org/en/bitcoin-core/>.
 - Evite corretoras (exchanges) centralizadas, principalmente aquelas que mantêm registros da sua identidade. Duas exchanges extremamente úteis (e antigas) para qualquer um que queira se ocupar disso são a <https://bisq.network/> e a <https://localbitcoins.com/>
 - Procure carteiras que sejam multi-assinaturas, esta solução exige múltiplas assinaturas de diferentes chaves para transacionar o saldo; estas chaves podem ser distribuídas entre diferentes indivíduos ou em diferentes locais de sua preferência, assim você pode ter mais controle do seu criptoativo.
 - Faça backups seguros de suas chaves. Para
-

backups digitais, uma dica importante é criptografar com uma boa senha e distribuir o arquivo em diferentes locais como na nuvem, em pendrives, CDs, HDs e etc. Você também pode usar paper-wallets, em que você anota a chave em um papel e guarda-o com segurança. Para quem estiver disposto a gastar um pouco mais, existem hardwares especializados no armazenamento seguro de chaves privadas, são as hard-wallets. E por último, uma solução ainda mais avançada são as brain-wallets - é possível memorizar palavras que juntas formam sua chave privada (mnemonic), deixando-as em lugar nenhum a não ser em sua cabeça - é um método arriscado, pois você pode esquecer, mas que prova o nível de sigilo que uma criptomoeda pode dar-nos.

- Adote soluções sidechain. A comunidade bitcoin é extremamente ativa e está sempre procurando formas de resolver problemas estruturais como a Rede Lightning, uma solução de camada, que vem para diminuir o peso no bolso daqueles que querem fazer pequenas transações em Bitcoin sem pagar taxas excessivas, criando canais de pagamento.
 - Procure por Coin Join e BTC Pay Server. A primeira é uma forma de embaralhar os participantes de uma transação em busca de mais privacidade e o segundo é um terminal de pagamento para empresas que querem passar a aceitar bitcoin.
 - Entenda o conceito por trás das chaves públicas e privadas. Procure por algoritmos de curva elíptica e Função Trap-
-

door. Ler o White Paper do Bitcoin também é uma boa pedida. Infelizmente desenvolver a matemática por trás da coisa toda não seria possível aqui.

Das alternativas ao Bitcoin

Sendo um livre mercado de fato, sem as barreiras estatais, todos os dias novas criptomoedas surgem, buscando solucionar diferentes necessidades. Algumas tentam ser apenas mais eficientes que o Bitcoin, como as criptomoedas baseadas em diferentes protocolos de consenso como o PoS (Proof of Stake) e suas variações, enquanto outras tentam solucionar problemas completamente diferentes, como os criptoativos de contratos inteligentes e criação de tokens, as criptomoedas focadas em anonimato, armazenamento descentralizado, stablecoins e etc.

Diversos outros projetos estão acontecendo, com diversos outros surgindo todos os dias. Como são tecnologias novas, ainda é cedo para dizer quais serão mais populares; caberá ao mercado decidir com base em suas principais demandas. Mas é inegável o quanto várias delas já estão contribuindo para uma sociedade cada vez mais livre.

Citemos algumas menções honrosas abaixo com o único propósito elucidativo:

Nano e a morte das taxas

O surgimento de novos modelos de consenso possibilitou ainda mais inovações e vantagens, como uma segurança descentralizada mais robusta e transparente sem a necessidade de alto gasto energético proveniente do tradicional PoW (Proof of Work), taxas zero e maior escalabilidade.

Um dos projetos que destaca-se neste sentido é a Nano, uma criptomoeda criada do zero com uma arquitetura original denominada “Block-Lattice”, onde cada conta possui sua própria blockchain, possibilitando transações instantâneas e escalabilidade virtualmente ilimitada

Por ser assíncrona, a rede da Nano não impõe limites artificiais de confirmações por segundo. Ao transacionar, basta que seu bloco seja válido, isto é, siga as regras da rede, como ter um saldo válido e a assinatura corresponder à conta proprietária, que a rede confirmará o seu bloco o mais rápido possível, geralmente levando menos de 200 ms (1/5 de segundo).

Esse processo de confirmação é chamado de eleição e os responsáveis pela votação são os PRs (Principals Representatives) - aqui adentramos no sistema de consenso da Nano, o ORV (Open Representative Voting) - um mecanismo de consenso único, semelhante ao DPoS (Delegated Proof of Stake), porém mais aberto²⁰.

²⁰ As principais criptomoedas que usam DPoS geralmente limitam o número de Representantes, exigem configurações especiais dos Representantes e nem sempre são de fato “abertas” para novos Reps, têm métodos de staking e etc. Exemplos: EOS e Bitshares

Neste, cada stake-holder (usuário com algum saldo em Nano) tem um peso de voto nas eleições da rede de acordo com seu stake; por exemplo, se existem 100 milhões de Nano, alguém que tenha 1 milhão de Nano possui 1% do peso de voto.

Ele pode então rodar um Node com sua conta ou pode delegar esse peso de voto para outra conta, de outro Node - chamamos uma conta votante com peso de stake de Representative. Os PRs são aqueles com 0.1% do poder de voto online ou mais e é o hardware destes que define a velocidade e capacidade da rede Nano.

Portanto, os usuários também podem ajudar a rede proativamente, delegando seu poder de voto para os melhores Reps, ou seja, aqueles mais confiáveis e com melhores hardwares²¹.

No ORV da Nano, cada bloco é considerado confirmado ao atingir-se um determinado consenso, atualmente 67%. Assim, é preciso que a massiva maioria do peso de voto estivesse concentrado em agentes maliciosos para a rede ser corrompida; no entanto a tendência é naturalmente oposta: os stake-holders com mais quantidade de Nano são os mais interessados em manter a rede segura, afinal são eles quem tem mais a ganhar ou a perder; isto é a teoria dos jogos aplicada ao consenso da rede.

Na Nano todas as unidades foram criadas de uma única vez (133 milhões de Nano) e distribuídas por captcha, portanto não há

²¹ Como toda eleição é assinada por cada Rep, podemos armazenar e auditar o histórico de votos de cada Rep. bem como avaliar seu hardware de acordo com seu tempo de resposta. Muitos serviços disponibilizam tais dados como <https://mynano.ninja>, <https://nanocrawler.cc> e carteiras como <https://nault.cc/>

inflação; pelo contrário: deflação. E por não haver um grande gasto energético em mineração, não há necessidade de grandes incentivos para custodiar os validadores (PRs), como através da inflação como recompensa.

Atualmente um computador mediano é suficiente para rodar um node da Nano. Ainda sim, alguns alegam que a falta de incentivo seria um problema, porém é necessário lembrar que também não há incentivo financeiro imediato para alguém rodar um Full Node Bitcoin, o que não impediu-o de ter milhares de full nodes espalhados pelo mundo²² (não confundir com mineradores²³). O que incentiva os indivíduos a rodarem nodes na Nano, bem como full nodes Bitcoin, geralmente é sua necessidade de incorporá-los em suas aplicações.

Exchanges, gateways de pagamento, aplicativos de criptomonedas como carteiras, jogos, websites, bem como lojas e diversos outros negócios formais ou informais que aceitem o criptoativo ou estejam relacionados ao seu ecossistema e etc. tem seus próprios motivos e incentivos para rodar um node. Além, evidentemente, dos já mencionados stake-holders, com seus próprios incentivos financeiros de manter a rede segura, como investidores.

Podemos ainda mencionar que uma vantagem desse sistema é que a validação não se concentra na mão de quem tem mais capital para comprar hardware sofisticado, como acontece no PoW, e nem

²² Lista de full nodes Bitcoin ao redor do mundo: <https://bitnodes.io/>

²³ Além da quantidade de mineradores Bitcoin ser muito menor que a quantidade de full nodes e o hashrate ser concentrado em poucos deles, nem todo minerador é necessariamente um full node; especialmente em pools, a maioria usa o node de terceiros.

cria incentivos para estabelecimento de um monopólio, os maiores incentivos dos players são os de cooperação.

Assim, toda transação Nano pode ter taxa zero. Mas, um problema nasce com isso: o spam também cai para custo próximo de zero. Para impedir, só aí a Nano usa um mecanismo de PoW: cada usuário é responsável por resolver um pequeno puzzle matemático para cada bloco criado. Este cálculo requer processamento que, apesar de ser milhões de vezes menor que o gasto energético de um minerador Bitcoin²⁴, é suficiente para criar um custo extra para quem deseja floodar a rede.

Há uma possibilidade desse sistema anti-spam e outros detalhes mudarem, juntamente com as novas mudanças de priorização de blocos que estão sendo incorporadas a partir da v22.

Afinal a Nano está em constante aperfeiçoamento, porém sempre com o foco de ser uma criptomoeda, com função de moeda - nem mais, nem menos - seu slogan é também seu legado e define bem seu objetivo, o que devemos esperar da Nano: “Do one thing and do it well” (algo como “faça uma única coisa e a faça bem”).

²⁴ Uma estimativa é que atualmente cada transação Bitcoin usa 6 milhões de vezes mais energia elétrica.

Monero e a privacidade absoluta

Tudo parecia excelente quando Satoshi Nakamoto pensou no Bitcoin. Agora, pessoas de todos os lugares do mundo poderiam trocar sem o intermédio do estado no meio desse processo.

Uma moeda privada por excelência. Mas, nem tudo é perfeito e logo surgiram as exchanges. Como sabemos, a blockchain é pública e armazena todas as transações realizadas nela. Isso não era um problema para a privacidade porque eram apenas números e você não poderia conectar aqueles números a ninguém em específico.

As exchanges mudaram esse processo aplicando o que chamamos de KYC, know your customer, em português, conheça seu cliente. Agora são requeridas formas de identificação das pessoas, armazenando a identidade e os dados de todos aqueles que realizam compras nelas. Isso acabou com a privacidade do Bitcoin. Afinal, era possível rastrear o dinheiro até a fonte original, até o seu dono. A Monero trouxe algumas soluções para esse problema.

Para o remetente, adotou a ideia de ring signatures. Com esses anéis não é possível dizer quem assinou determinada transação, agrupando signatários não presentes na transação com o signatário presente. Para a transação, adotou a ideia de Ring CT, que esconde a transação, omitindo seu valor da rede, para qualquer participante que não os membros da transação.

Como ele faz isso? Usando um sistema de Public Key e de Public Spend Key, a public spend key é uma chave de uso único e é ela que é compartilhada. Enquanto isso, seu endereço público em si continua anônimo e preservado dos olhos externos, mantendo todas as transações e seus valores totalmente anônimos.

Além disso, a Monero utiliza-se do algoritmo Random X, um algoritmo ASIC resistente, que permite a virtualmente qualquer um minerar Monero, retirando o poder dos grandes mineradores e tornando a mineração mais descentralizada.

ETH e os Contratos Inteligentes

A Ethereum é uma plataforma descentralizada baseada em blockchain que trouxe uma grande inovação em relação ao Bitcoin: além de servir como moeda, ela pode executar scripts utilizando uma rede internacional de nós públicos, isto é, em linguagem de um leigo, permite que códigos de programação sejam rodados na rede de forma descentralizada.

Essa ferramenta permite uma série de inovações, algumas das quais já estão mais consolidadas, como os ICOs e tokens, e outras ainda em fase inicial, mas que aparentemente vem com grande potencial, como as DeFi e as NFTs.

Atualmente, mecanismo de consenso utilizado é o proof-of-work – mas não por muito tempo: uma nova atualização de código, a Ethereum 2.0 ²⁵, irá migrar a Ethereum para validação por proof-of-stake.

A Ethereum consiste basicamente de Ethereum Virtual Machine (EVM), Ether, Smart Contracts e GAS.

EVM

Uma máquina de estados que permite a execução de códigos na rede Ethereum. Todos nodes da rede Ethereum mantém uma cópia do estado²⁶ da EVM. Qualquer participante da rede pode emitir solicitações para que a EVM execute uma computação arbitrária.

Quando tal solicitação é emitida, outros participantes da rede podem verificar, validar e executar a computação. Isso gera uma mudança no estado da EVM, que é enviado e propagado por toda a rede Ethereum.

O registro de todas as transações, tal qual o estado atual da EVM, é armazenado na blockchain, que por sua vez é armazenada e acordada por todos os nodes.

²⁵ A Ethereum irá atualizar para [PoS](#)

²⁶ Na Ethereum, o estado é uma estrutura de dados chamada de [Modified Merkle Patricia Tree](#), que mantém todas contas conectadas por hashes e redutíveis à uma única hash raiz armazenada na blockchain.

ETHER

A criptomoeda utilizada pelos usuários da Ethereum, um Token que alimenta a rede. Qualquer participante que emite uma solicitação de transação deve oferecer alguma quantia de Ether para a rede, como uma recompensa a quem fizer o trabalho de verificar a transação, executar, enviar para a blockchain e a difundir para a rede.

SMART CONTRACTS

São programas executáveis que rodam na blockchain da Ethereum, são uma coleção de códigos, suas funções, e dados, seu estado, que são armazenados em um endereço específico na blockchain da Ethereum. Os smart contracts são um tipo de conta Ethereum, i.e, eles têm saldo de conta e podem enviar e receber transações através da rede, mas eles não são controlados por um usuário, eles são implementados na rede e rodam de acordo com o programado.

São escritos em linguagens de programação específicas²⁷. Desenvolvedores enviam programas para a EVM, por uma taxa paga à rede, e usuários podem enviar transações que executam uma função definida no smart contract, por uma taxa paga à rede. Aplicativos descentralizados, dapps, podem interagir, sem a necessidade de permissão, com smart contracts implementados na rede.

²⁷ As linguagens de programação mais mantidas são as Solidity e a Vyper, também existem outras, como a Yul e a Yul+, que é uma extensão à Yul. Elas são compiladas para bytecode EVM.

Qualquer aplicação pode integrar smart contracts em seu funcionamento, qualquer pessoa pode instalar um novo smart contract na rede Ethereum para adicionar funcionalidades que atendam às necessidades de sua aplicação.

Para uma aplicação interagir com a blockchain, ela deve se conectar a um node Ethereum. Feito isso, sua aplicação pode ler dados da blockchain, bem como enviar novas transações para a rede

No entanto, há algumas limitações aos smart contracts: não podem obter informações sobre eventos do mundo real. Oráculos²⁸ são uma forma de contornar esse problema.

GAS

A unidade fundamental que mede a quantidade de esforço computacional necessário para executar operações na rede Ethereum. Cada transação na Ethereum requer recursos computacionais para ser executada, cada transação requer uma taxa. GAS é a taxa necessária para conduzir uma transação bem sucedida na Ethereum.

Contas e Carteiras

Uma conta não é uma carteira. Uma carteira é um par de chaves associado com uma conta de usuário. A Ethereum tem dois tipos de contas, a de propriedade externa e a de contrato.

²⁸ São sistemas que podem prover dados externos para Smart Contracts da Ethereum.
[Oracles](#)

A conta de propriedade externa, conta de usuário, é controlada por quem detém as chaves privadas. A conta de contrato é um smart contract implementado na rede e controlado por código. Os dois tipos de contas podem receber, armazenar e enviar Ether e Tokens, e interagir com smart contracts implementados na rede.

As principais diferenças entre as contas de usuário e contas de contrato são que criar contas de usuário não têm custo, elas podem iniciar transações e as transações entre contas de usuário são apenas transações de Ether, já as contas de contrato têm um custo na criação porque usa o armazenamento da rede, elas só podem enviar transações em resposta a receber uma transação e transações de uma conta externa para uma conta de contrato podem ativar códigos que podem executar várias diferentes ações.

DeFi

Abreviação de Decentralized Finance, finanças descentralizadas são uma alternativa ao sistema financeiro centralizado atual, são dapps, contratos, que oferecem serviços e produtos financeiros sem uma autoridade central – que pode bloquear ou negar pagamentos ou acesso a serviços.

Há vários tipos de serviços e produtos: empréstimos, como a Aave, Maker e Compound; exchanges descentralizadas (DEX), como a Uniswap; derivativos, como a Synthetix; pagamentos, como a Polygon e Flexa; ativos, como a Vesper e Yearn.Finance.

As aplicações DeFi envolvem qualquer serviço financeiro, abrindo oportunidades que permitem combinar diversos serviços. Daí o termo Money Lego. Um exemplo comum é usar um agregador de preços e taxas para troca de Ether por DAI²⁹, se seleciona a DEX desejada e realiza a troca, se faz um empréstimo de DAI a fim de receber juros, e então é possível adicionar um seguro para garantir que se está coberto caso algo dê errado, como o devedor não pagar o empréstimo.

Embora as DeFi possuam muitas vantagens é aconselhável ter em mente, também, seus riscos. Smart contracts já tiveram alguns problemas no passado, um caso recente foi o xFORCE³⁰, quando hackers encontraram formas de fazer exploits, se aproveitando de vulnerabilidades no código dos smart contracts, escoando o contrato.

Tokens padrão EC20, ICOs e NFTs

Através de smart contracts e utilizando o padrão EC20 da Ethereum, é possível criar ativos digitais de forma relativamente simples, sem ser necessário criar uma blockchain totalmente nova.

Algumas das principais formas de utilizar estes tokens é através de ICOs e NFTs, que vamos explicar a seguir.

ICOs ou Initial Coin Offers (“Oferta Inicial de Moedas”), é um processo similar a um IPO - a abertura de capital em uma bolsa de

²⁹ A [Dai](#) é uma stablecoin muito usada nas aplicações DeFi.

³⁰ [Force DAO, A DeFi Hedge Fund, Loses Over 5k in xFORCE Token Exploit](#)

valores, mas realizada totalmente através da rede Ethereum. Uma entidade cria ou “emite” tokens e os revende para investidores a fim de levantar fundos para uma empresa ou empreendimento. Essas tokens funcionam exatamente como uma ação no mercado financeiro, se o empreendimento tem sucesso o valor delas tende a subir, com o investidor obtendo lucros, ou se as pessoas não acreditarem no projeto ou ele falir, o token tende a perder valor.

Já as NFTs, Non Fungible Tokens (em português “Token Não Fungível”) são um outro tipo de ativo digital, em que cada um delas é único e não pode ser dividido - por isso, não fungível. Um uso prático delas é transformar uma obra de arte digital em uma NFT, fazendo com que seja possível provar a data em que foi primeiramente criado e vincular este NFT com um único proprietário.

Assim, este ativo digital passa a ser único e escasso, ao contrário de um simples arquivo digital que ao se fazer uma cópia perde-se quem era o dono original, uma vez que as cópias são exatamente iguais, diferentemente de um NFT.

Todos estes exemplos demonstram o grande potencial da rede Ethereum e as infinitas possibilidades que ele oferece aos seus usuários.

LBRY e o futuro do mercado de bens digitais

Com a intenção de modificar as nossas perspectivas acerca da produção de informação e entretenimento, o LBRY é um mercado de bens digitais aberto, justo e eficiente.

Qual é sua solução essencial para o problema dos intermediários nessas áreas (gravadoras, produtoras, galerias de arte, etc)?

A associação de um nome único a alguma unidade de um bem digital, como um filme, um livro ou um jogo, algo parecido com o sistema de domínios e subdomínios que se alastrou pela internet. E qual a genialidade da coisa toda?

A utilização de um protocolo que pode ser acessível a qualquer um, da mesma forma que hoje se utilizam no mundo todo os protocolos HTTP, IP e outros, só que de forma descentralizada, não dependendo de um servidor central.

Três grandes mudanças são realizadas pelo LBRY em relação a como as coisas são feitas hoje com intermediários.

1. É possível para o próprio criador criar uma taxa de visualização que será cobrada para visualizar determinado conteúdo.
 2. O conteúdo publicado no LBRY não é voltado a uma rede ou a um computador específico, mas é ao invés disso publicado num formato de amplo acesso.
-

3. Controlado pela comunidade, não é possível nem a LBRY. inc (criadora do protocolo) apagar unilateralmente um determinado conteúdo. O único que pode fazê-lo é o próprio criador do conteúdo.

O formato essencial é o Namespace, ou domínio de nome e é para onde são feitos os uploads dos bens digitais. Quem controla um domínio de nome descreve o que ele contém, o que custa para acessá-lo, a quem será pago e onde achá-lo.

A pessoa que possui ali armazenada a maior quantidade de LBC (moeda do protocolo) controla a metadata associada a aquele domínio.³¹ É um formato essencialmente capitalista onde o Search Engine Optimization é inteiramente transparente e todos sabem quais são os critérios para subir na pesquisa e passar a controlar o domínio.

O protocolo LBRY em sua forma mais pura, foi desenhado para satisfazer 2 necessidades básicas que a internet e o protocolo HTML há tempos não dava conta de suprir: a necessidade de preservação dos conteúdos e o anonimato. O fato do conteúdo ser formatado e enviado para uma blockchain garante acessibilidade perpétua a esse conteúdo mesmo que o mesmo seja censurado ou descatalogado em suas plataformas mais acessíveis com Youtube ou o próprio Odysee ou outras aplicações do protocolo HTTP .

31 Esse armazenamento de LBC pode ser feito pelo dono do domínio ou por fã daquele conteúdo na forma de doações ou do boost, alocando LBC temporariamente no conteúdo de alguém.

Por exemplo, se por algum motivo um certo conteúdo foi bloqueado em um país por causa do seu governo ou deletado de uma plataforma HTTP, o interessado poderá para sempre acessar o mesmo através do aplicativo ou pela lbrynet usando um terminal. Isso porque a principal missão da lbry é garantir um backup eterno livre de censuras ou regras unilaterais. Além do mais, a LBRY oferece a opção de interações anônimas garantindo segurança para o usuário.

A LBRY Foundation tem o LBRY (aplicativo) e o Odysee (concorrente do Youtube e Torrent). No LBRY nós temos uma interface simplificada, sem filtros de conteúdo, voltada a ser um porta-voz do protocolo LBRY, no outro nós temos uma empresa voltada a ser um tanto mais livre e mais sincera em relação aos momentos de monetização e consumo do conteúdo. Pode-se dizer que o LBRY tem uma pegada mais sem fins lucrativos, voltada a expandir o protocolo e que o Odysee é uma empresa com fins lucrativos.

Paralelamente, dois desenvolvedores individuais construíram a LBRYnomics que é um grande ranking e mantenedor das estatísticas relativas ao protocolo LBRY.

Como diz a própria LBRY, imagine se o Bitcoin se fundisse com o BitTorrent, isso é LBRY.

Como Abordar Agentes do Estado

Uma das principais consequências do excesso de legislação e da incompetência estatal ao criar e escrever a legislação é o excesso de poder que é deixado nas mãos dos agentes do estado. E aqui não estamos falando sobre políticos, deputados, prefeitos ou governadores, mas sim do poder dos servidores públicos que interagem diariamente com os cidadãos.

Veja, por exemplo, o caso da legislação de trânsito no Brasil, que possui um dos limites e punições mais rígidas do mundo em relação ao consumo de álcool ao dirigir.

Não existe um limite mínimo de álcool na legislação, mesmo um valor ínfimo como 0,001 mg/L de álcool no sangue já é considerado uma infração. Em relação à punição, é aplicada uma multa de mais de R \$3.000 e suspensão do direito de dirigir por pelo menos 12 meses.

Além disso, se o valor identificado no bafômetro for maior que 0,3 mg/L, o indivíduo pode ser condenado à prisão de 6 meses a 3 anos, mesmo que não tenha causado nenhuma vítima ou mesmo nem apresentado sinais de embriaguez.

Ao realizar uma blitz, o policial deve realizar o teste do bafômetro naqueles que ele suspeitar que estão embriagados, mas ele sabe que se o cidadão realmente tiver consumido algo de álcool terá um grande prejuízo, além de poder até perder a fonte de renda no caso de dirigir também profissionalmente.

Dessa forma, o filtro para quem deve fazer o teste depende da característica do agente: um agente mais rígido, fará em mais pessoas, um menos rígido fará apenas naqueles que estiverem com fortes indícios (a exceção são as blitz específicas para a lei seca, em que todos são testados. Neste caso o oficial tem menos poder de influência).

Da mesma forma, se o oficial “vai com a cara” do indivíduo, pode pegar mais leve, se, por algum motivo, “não for com a cara”, pode acabar dificultando a vida do indivíduo.

O mesmo acontece nas repartições públicas. Se o servidor, o único que pode prestar aquele serviço para você, estiver de bom humor e achar você simpático, ele realiza um atendimento rápido e eficiente. Se não, pode prolongar o atendimento e criar inúmeros empecilhos para você.

Infelizmente, com certa frequência não temos opção a não ser lidar com um agente do estado. Vamos analisar aqui três momentos diferentes e o que pode ser feito em cada um deles.

Primeiro, é o momento antes da abordagem. Quando é possível se preparar com antecedência, deve-se estudar a legislação e buscar falhas que podem ser aproveitadas. Além disso, esse conhecimento prévio é essencial para que o agente estatal não abuse da posição e te obrigue a fazer coisas que não poderia pela lei. Por mais que esse conhecimento não seja uma garantia, é um bom início e facilita a próxima etapa.

Já quando a abordagem acontece, deve-se tomar uma atitude de dissimulação e não de confronto. Lembra-se do exemplo do policial que escolhe para o teste quem ele “não vai com a cara”? É nesse ponto que agimos. Uma abordagem dissimulada, em que se é simpático e de simulação de um “seguidor das leis”, ajuda na interação e, em alguns casos, pode até mesmo resolver o problema. Dê justificativas e desculpas, apele para o emocional, mas nunca adote o confronto direto.

Note que a vida desses profissionais depende da renda extorquida através dos impostos, eles são cúmplices no crime. Assim, de nada adianta gritar “imposto é roubo” ou “estado é uma quadrilha” que eles nunca vão admitir. Além do mais, a partir do momento que a confrontação se inicia, a disposição do agente para resolver vai praticamente para zero, apenas piorando o cenário.

Entretanto, em muitos casos esta abordagem não será o suficiente e será necessário partir para o terceiro momento, que é uma estratégia de redução de prejuízos. Durante a realização da segunda etapa, de interação direta com o agente, será possível avaliar se ele está aberto para o pagamento de propina ou não.

Frequentemente os próprios agentes dão indícios, falando sobre “cafezinhos”, sobre ajudar ele em algo, sobre levar alimentos para os filhos. Nunca é direto e claro, mas ao se observar as palavras escolhidas é possível identificar. Caso não perceba estas indicações, é possível de forma bem indireta insinuar se ele está aberto a tais atitudes.

Outra coisa que deve-se levar em consideração neste momento é o custo-benefício. Se o valor de uma multa é de R\$300, não faz sentido correr o risco de pagar R\$300 de propina, ou talvez nem mesmo R\$250 dado o risco.

O mesmo vale para o risco. Se o agente não deu nenhuma abertura, o risco de um prejuízo grande pode ser alto e não valer a pena. Assim, algumas vezes o melhor custo-benefício é retroceder, aceitar o prejuízo ou tentar novamente com outro agente em outro momento.

É importante destacar, entretanto, que ao lidar com um agente do estado a situação é sempre de um custo ou prejuízo. Não há nada a se ganhar nessa relação. É por esse motivo que o relacionamento continuado e frequente com um agente estatal corrupto não é ético. A partir do momento em que se entra em uma relação deste tipo, você passa a fazer parte da gangue. Por esse motivo, o ideal é evitar o contato com os sanguessugas o máximo possível.

Do caso Dâniel Fraga

Daniel Alves Fraga é um anarcocapitalista e agorista que postava vídeos no YouTube falando sobre anarcocapitalismo, sobre como resistir ao estado e demonstrando como fazia isso na prática, no dia a dia. Seu canal pode ser encontrado em:

<https://www.youtube.com/c/DanielFragaBR/videos>.

Em 2012 ele já publicava vídeos ensinando sobre anarcocapitalismo e divulgando o Bitcoin como uma forma de resistir a ele, lembrando que nessa época o Bitcoin tinha apenas 3 anos de existência e um único bitcoin valia apenas 12 dólares.

Sendo um agorista e colocando *skin in the game*, ele comprou muito bitcoin ao longo do tempo e incentivou seus seguidores a fazer o mesmo. Enquanto isso, continuava com seu desafio ao estado e aos agentes estatais.

Alguns exemplos foram suas campanhas contra a deputada do PDT Cidinha Campos, que havia acionado a justiça para tirar um vídeo do vlogueiro Ricardo Gama do ar, e um vídeo criticando Alexandre Branco (PSDB), um candidato à prefeitura de São José dos Campos que tentou usar o poder estatal para censurar um post sobre ele no Facebook.

Em 2015 aconteceu o caso mais famoso. Por causa de um vídeo que ele havia feito chamado “Por que Religião é Pior que Crack”, ele foi processado e dois policiais foram até a casa dele levar uma intimação.

Dâniel Fraga foi até a porta enquanto filmava, o que deixou os policiais civis incomodados. Ele se negou a receber a intimação e respondeu dizendo que eles trabalhavam para uma máfia, a máfia estatal, que coage pessoas pacíficas, e que ele era forçado a pagar o salário dos policiais através dos impostos, além de várias outras verdades.³²

³² O vídeo pode ser encontrado em <https://www.dailymotion.com/video/x34oxc9>.

Sendo continuamente perseguido através de processos judiciais, vindo dos policiais e de diversos políticos, Dâniel Fraga chegou a ser condenado pela justiça estatal a pagar mais de R \$1.000.000 e ir para prisão caso o vídeo não fosse removido.

Ele ignorou completamente a decisão judicial, transformou todo o seu dinheiro em bitcoin e desapareceu. Quando a justiça bloqueou seus bens, encontrou apenas R\$5 em suas contas bancárias. Depois disso ele ainda interagiu algumas poucas vezes na internet, mas ninguém nunca foi capaz de descobrir seu paradeiro e nem a justiça de encontrá-lo.

O libertário André Rufino recentemente disse ter conversado com Dâniel e que ele está bem, apesar de também não saber do paradeiro de seu amigo.

O caso de Dâniel Fraga exemplifica bem um caso de ação agorista, de ação em desafio ao estado. É um dos exemplos mais claros de uma pessoa que sacrificou sua rotina e seu dia a dia em defesa de seus valores e princípios. Ele é um exemplo para todo libertário que deseja uma sociedade livre.

Da Secessão

A secessão é a divisão de um país em dois ou mais países e faz parte do arcabouço de estratégias que podem ser utilizadas pelos libertários. A seguir vamos ver como esta estratégia pode contribuir para um mundo mais livre.

Primeiro é necessário entender que os limites e fronteiras entre os países foram criados pelas forças históricas, as quais a maioria foi injusta e coercitiva, com muitas resultando em minorias oprimidas e maiorias saqueando.

Mas por que dois estados separados em uma área é melhor do ponto de vista libertário do que apenas um estado nesta mesma área? Por uma série de motivos: (i) a descentralização é benéfica para a liberdade; (ii) quanto mais fragmentado estiver o mundo, menos poder pode ser concentrado na mão de um único país ou governo; e (iii) quanto mais minorias tiverem seus próprios governos, menos chances de elas serem oprimidas por outros estados.

E a estratégia de secessão vai além. Conforme mais e mais secessões forem ocorrendo, mais claro fica que elas podem se dividir ainda mais, descentralizando e diminuindo a concentração de poder ainda mais, até que finalmente seja demonstrado o princípio de que o indivíduo pode se separar, que é legítima a adoção de uma posição derradeira diante da tirania, em busca da nossa liberdade.

Claro que existem contratempos fortes relacionados à seces-

são, dos quais dois que se podem citar é que não necessariamente aquele novo estado em questão terá menos controle sobre seus cidadãos do que o estado antigo e que certamente os gastos da administração pública se tornarão mais incisivos, ainda assim temos motivos para acreditar que, mesmo quando o estado é capaz de passar por uma alteração do tipo, ainda preservaria-se fortemente a vantagem associada à ausência de coordenação do estado em relação à interação com indivíduos dado que mesmo que o estado diminua para milhares de cidades pequenas, cada interação com a cidade possui um efeito social menos mascarado que ações mais distantes, é mais fácil cobrar, revoltar-se e reagir quando a distância do centro do poder é menor.

Recomenda-se fortemente a criação/associação a grupos separatistas na sua cidade, bem como a particularização dos fenômenos políticos, se preocupando com como a sua cidade, até mesmo o seu bairro, lidarão com os eventos, fugindo totalmente da palavra nacional e estadual onde for possível.

Da Propriedade Intelectual

Apesar do nome, “propriedade” intelectual nada tem a ver com propriedade privada. Muito pelo contrário, ela é utilizada como forma de o estado oferecer uma escassez artificial de bens não escassos, interferindo na propriedade privada daqueles que não possuem a “propriedade” intelectual.

Explico: se uma pessoa tem o “direito” a uma sequência de

palavras ou sons (no fim a propriedade intelectual é isso, um direito exclusivo a utilizar determinada sequência ou padrão), significa que todas as outras pessoas do mundo não podem utilizar suas canetas, cadernos ou mesmo seu corpo e sua voz, da forma que desejarem.

Pois, reconhecido um “direito à propriedade intelectual”, agora o direito à propriedade privada não é mais absoluto. Ele tem um “se”, e um “se” bem grande: você pode utilizar seu corpo e suas propriedades da forma como desejar, EXCETO na sequência ou na forma que todas as pessoas do mundo já fizeram antes nos últimos X anos. Esse é um breve (bem breve) resumo do argumento. Você pode encontrar ele completo no livro *Contra a Propriedade Intelectual* do autor libertário Stephan Kinsella.

Dito isso, como um libertário pode ajudar a diminuir o impacto deste injusto monopólio estatal? São diversas as formas, mas vamos nos concentrar em três principais: utilizar o domínio público, consumir pirataria e disponibilizar materiais piratas.

Começando pelo domínio público. Uma forma de diminuir a força do monopólio estatal é fazendo com que a maior quantidade de conteúdo possível esteja disponível como domínio público. E para isso, nada melhor que começar dando o exemplo, colocando todos os materiais e conteúdos produzidos por você em domínio público.

Isso traz uma série de benefícios:

- Prova de forma utilitária que o fim da propriedade intelectual não gera desincentivo para a produção de conteúdo ou inovação;
- Protege quem não acredita em propriedade intelectual e copia o conteúdo. Sem a expressa declaração de que os materiais estão em domínio público, quem vier a utilizar pode ter o receio de ser processado;
- Lidera pelo exemplo e mostra consistência no seu discurso. Não faz sentido defender o fim da propriedade intelectual e se utilizar dela para se beneficiar.

Note que o material deve ser colocado em domínio público e não em Creative Commons. Apesar de o Creative Commons ser mais livre que as licenças tradicionais, ele ainda impede o uso em diversos casos (dependendo do tipo de Creative Commons utilizado).

Outra forma de praticar o Agorismo em relação à propriedade intelectual é através do consumo de conteúdo pirateado, incentivando aqueles que disponibilizam conteúdo gratuitamente. A forma mais simples de se fazer isso é através de compartilhamento de conteúdo P2P (peer-to-peer), como por exemplo através de arquivos torrent.

Lembre-se, entretanto, de se proteger ao consumir estes conteúdos, tanto de hackers quanto da milícia estatal. Para tanto, utilize as métricas de qualidade dos indexadores de conteú-

do torrent e utilize uma VPN, algo indispensável em alguns países. Além disso, considere também que não há nada de errado em pagar por um conteúdo. Se você gostou de algo e gostaria de recompensar o criador, não tem nada de antilibertário - muito pelo contrário - em pagar ou doar para esse produtor.

Por fim, você pode contribuir distribuindo e disponibilizando conteúdos piratas. A forma mais fácil é sendo um seed de arquivos torrent, mas se você tiver conhecimentos avançados em programação pode também disponibilizar versões crackeadas de softwares protegidos.

Libertarianismo e as Ruas

Vivendo em uma sociedade sob forte impacto das intervenções estatais, não é incomum ver libertários que, na esperança de colocar em evidência as ideias libertárias, unam-se a movimentos de rua. Há, de fato, até mesmo um furor entre alguns amigos libertários em manifestar-se publicamente nas ruas, expondo-se a toda violência policial, apontando diretamente inconsistências nas ideias de políticos democratas, esses que se encontram visivelmente cada vez mais próximos do socialismo. Quase como se algum número significativo de transeuntes fosse parar para analisar a pauta apresentada, ou como se a mídia fosse veicular a pauta de forma honesta, levando a mensagem libertária a diversas pessoas.

A intenção central é apresentar a tese de que há muito pouca

eficiência e quase nenhuma eficácia na adesão dos movimentos de rua para um libertário. Esta estratégia tende apenas a colaborar com o estado, o grande inimigo histórico da liberdade.

Falso histórico de conquistas das mobilizações populares

Baseando-se em manifestações históricas que supostamente surtiram algum efeito, os ativistas de rua abstraem alguma relevância destes atos e daí, concluem que, de fato, mídia e políticos ouvem a “voz das ruas”. Isso não poderia estar mais distante da verdade e do contexto histórico brasileiro.

Dentre os principais protestos de rua em Banânia, nome mais adequado e doravante usado para denominar essa terra dos políticos bananas chamada Brasil, destacamos: o DIRETAS JÁ, FORA COLLOR, NÃO VAI TER COPA e FORA DILMA, e também o REFERENDO DO DESARMAMENTO ocorrido em 2005, não como ato de mobilização popular, mas como exemplo fático de que a política institucionalizada simplesmente não se importa com a opinião popular.

Se não, vejamos:

- “DIRETAS JÁ” foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizaria com a votação
-

da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso.

É importante mencionar que este movimento, dito popular, contou com a organização e interesses de parasitas burocratas, políticos, ligados a partidos diretamente beneficiados pelo “voto democrático”. Tanto que estes mesmos parasitas burocratas participaram da constituinte de 1987 e promulgaram a constituição federal de 1988. Que elevou ainda mais os poderes da podre classe política.

- “OS CARAS PINTADAS, FORA COLLOR” Os caras pintadas foi o nome pelo qual ficou conhecido o [movimento estudantil brasileiro](#) realizado no decorrer do ano de [1992](#) que teve, como objetivo principal, o [impeachment](#) do [presidente do Brasil](#) na época, [Fernando Collor de Mello](#).

O movimento popular baseou-se nas denúncias de corrupção que pesaram contra o presidente e, ainda, em suas medidas econômicas impopulares, e contou com a adesão de milhares de jovens em todo o país. O nome “caras pintadas” refere-se à principal forma de expressão e símbolo do movimento: as cores verde e amarelo pintadas no rosto dos manifestantes.

De fato, Collor causou um verdadeiro alvoroço ao recorrer ao confisco da poupança para frear a inflação, fantasma que assolava o país desde a década anterior com os devaneios políticos de Sarney. Mas não foi apenas isso.

Collor “abriu o mercado” para montadoras de veículos do exterior, trazendo pesada concorrência ao oligopólio nacional de VOLKSWAGEN, FORD e FIAT. Talvez o único acerto em meio a um plano econômico desastroso e práticas intervencionistas como congelamento de preços, mas algo extremamente impopular, uma vez que este conglomerado de montadoras já estabelecido em Banânia possuía muita força política e uma bela fatia do mercado de trabalho. Além, é claro, de um investimento pesado em mídia como TV Globo, TV Record, TV Bandeirantes etc.

É notório que a TV Globo, até nos dias de hoje, se mantém como um dos stakeholders principais da cultura nacional de Banânia (como Cristiano Chiocca elucidou em sua palestra brilhante no PFS 2019), imaginem quando não havia redes sociais, youtube etc. De fato, não se pode negar que Collor contou com grande apoio desta empresa em sua campanha política e que tudo se inverteu quando o “caçador de marajás” peitou as montadoras, grandes anunciantes, e a mídia, como não poderia deixar de ser, tomou parte do cartel oligopolista.

Estas montadoras também realizavam “doações” para a campanha de diversos parlamentares, o que apenas “engrossou o coro” contra Collor. Que mesmo após sua renúncia, foi julgado e condenado.

- Os protestos no Brasil contra a Copa do Mundo de 2014, vulgarmente conhecido como “NÃO VAI TER COPA” foi uma série de manifestações populares havidas entre junho de 2013
-

e julho de 2014, por todo o Brasil e principalmente nas capitais onde se realizaram jogos da copa do mundo, em protesto contra os gastos na construção de estádios e estruturas para abrigar a Copa do Mundo FIFA de 2014.

Não só houve copa em 2014, como os gastos públicos foram muito além daqueles inicialmente propostos e muitas das obras prometidas para o evento, como o “trem bala entre São Paulo e Rio de Janeiro” prometidos pela então presidente Dilma Rousseff jamais foram sequer iniciadas, assim como boa parte dos gigantes estádios foram parcialmente entregues e em menos de um ano já contavam com avarias, indicando novamente como a escassez de qualidade é característica fundamental de toda obra pública.

- “FORA DILMA” Os protestos contra o, assumidamente esquerdista, governo Dilma Rousseff foram [manifestações populares](#) que ocorreram em diversas regiões do [Brasil](#), no contexto da [crise político-econômica iniciada em 2014](#), tendo como principais objetivos protestar contra o [governo Dilma Rousseff](#) e defender a [Operação Lava Jato](#).

O movimento reuniu milhões de pessoas nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015, e, segundo algumas estimativas, foram as maiores mobilizações populares no país desde o início da [Nova República](#).

Manifestações populares voltaram a ocorrer em todas as regiões do [Brasil](#) no dia 13 de março de [2016](#). Foi o maior ato político na [história do Brasil](#), superando as [Diretas já](#).

Estas manifestações foram organizadas pelo MBL, Movimento Brasil Livre, que alguns anos depois demonstrou-se um grupo de democratas alpinistas sociais, com sede de poder e apadrinhamento político de diversos candidatos.

- O REFERENDO SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES, ocorrido no Brasil a 23 de outubro de 2005, não aprovou o artigo 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei 10826 de 22 de dezembro de 2003). Tal artigo apresentava a seguinte redação: “art. 35 — É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei”. O referendo estava previsto e tinha, inclusive, data marcada no próprio Estatuto do Desarmamento.

Pela gravidade do assunto, a necessidade de submeter o artigo 35 a um referendo já havia sido constatada durante o projeto e desenvolvimento da lei. A sua realização foi promulgada pelo Senado Federal a 7 de julho de 2005 pelo decreto legislativo nº 780. No artigo 2º deste decreto ficava estipulado que a consulta popular seria feita com a seguinte questão: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.

Se por um lado, populares e uma parte da mídia, como a rede bandeirantes, se mobilizaram para a conscientização da população de seu direito e necessidade de portar armas, gigantes como a Rede Globo, por meio de seu canal de TV Aberta e do Jornal

O Globo, manifestaram em múltiplos editoriais e posições institucionais, bem como o PT (Partido dos Trabalhadores), em especial o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, apoiaram pública e oficialmente o “sim”.

Surpreso com a aliança? Após ter sido prejudicado pela mesma Globo nas eleições de 1989, é de se imaginar um antagonismo e até mesmo um ódio do grupo do gigante midiático e o parasita, mas não, não há ressentimentos neste mundo, após a queda de Collor a rede Globo e seu conglomerado apoiaram políticos publicamente de esquerda como Fernando Henrique Cardoso e posteriormente, Lula, que ganhou até uma filme, “Lula, filho do Brasil” em sua homenagem.

Nas urnas, os eleitores puderam optar pelas resposta “sim” ou “não”, pelo voto em branco ou pelo voto nulo. O resultado foi de 59.109.265 votos respondendo “não” (63,94%), enquanto 33.333.045 votaram pelo “sim” (36,06%). Ou seja, o artigo que restringiria a comercialização não foi aprovado e não chegaria sequer a vigorar, correto? Não em Banânia!

Efeitos na prática? Nenhum! O artigo 35, assim como todo o estatuto do desarmamento entrou em vigência e o comercio de armas e, portanto, o direito do cidadão de promover sua defesa, sofreram pesada interferência estatal.

Este referendo foi apenas mais uma das armadilhas democráticas, pois com uma pesada campanha a favor do desarmamento

acreditava-se que a vitória dos desarmamentistas seria certa e então a lei do desarmamento gozaria de legitimidade democrática baseada na manifestação de vontade da maioria dos eleitores em aprová-la. Contudo, como não ocorreu o esperado, ignorou-se o resultado e sancionou-se o famigerado trecho desta lei como se o referendo jamais tivesse existido.

Percebam, a vontade popular, salvo em consonância com os interesses políticos destes parasitas e conglomerados oligopólios, torna-se totalmente irrelevante.

Peço que notem a semelhança entre a fotografia de Lindbergh Farias em meio aos caras pintadas do “Fora Collor” e Kim Kataguirí e Fernando Holiday em meio ao “Fora Dilma”. Apesar de ideologicamente divergentes, sendo um assumidamente comunista e os dois outros, “Liberais”, são frutos da mesma árvore podre, a democracia representativa.

De fato, apesar das fotografias impactantes, nenhuma destas mobilizações populares resultou em nada além de aproveitamento político para grupos oportunistas.

Diversas outras manifestações foram feitas no mesmo período e por serem infrutíferas ou simplesmente ineficazes, não obtiveram relevância. Trata-se de um sequestro da pauta popular pelo meio político, algo que em um modelo democrático (e vil) é totalmente esperado.

O foco errado

Primeiro, precisamos definir qual é o foco, ou, quem é “o inimigo”. Como podemos ver, a maioria das manifestações mencionadas, exceto pelo “diretas já” que tinham como escopo a implantação de uma democracia representativa após anos de governo militar, tinham PESSOAS como o inimigo, sejam elas Collor ou Dilma.

Notem que apesar dos supostos resultados destas manifestações, o estado manteve-se em constante expansão. Apesar de uma ou outra agressão contar com reação imediata, como no caso do confisco das poupanças (que durou 18 meses), de forma fluída a ação estatal buscou outros meios para não ter desfalcado seu inflado e cada vez mais gigantesco orçamento, de forma a manter as obras populistas e realizar compras indiretas de votos.

Neste trecho é relevante mencionar e explicar a trilogia Matrix, onde Neo é popularmente tido como herói, enquanto o Arquiteto, agente Smith e outros softwares são costumeiramente colocados como vilões da trama.

No primeiro filme, Neo acorda da Matrix, que seria um mundo virtual. Este evento é tipo por muitos como um homem que sai da caverna na “alegoria da caverna” de Platão. Ele descobre que o mundo onde vivia era uma simulação e que “Zion”, o mundo em que agora se encontrava, era um ambiente de constante conflito entre humanos e máquinas, que lhes exploravam.

Ao acordar, a primeira escolha de Neo é dada por Morpheus. Ele poderia tomar a pílula azul e permanecer na sua ignorância, retornando à Matrix, ou tomar a pílula vermelha e permanecer neste ambiente de conflitos. Neo escolhe a pílula vermelha, assim como muitos de nós.

Neo, tido como “o escolhido”, é levado por uma série de humanos a diversas simulações onde é possível aprender artes marciais por software, por exemplo, e nestas simulações é confrontado por uma série de agentes da Matrix, entre eles o agente Smith. Neo e Smith protagonizam diversas batalhas nestes ambientes simulados marcando em ambos os estereótipos de protagonismo e antagonismo.

Até que, no segundo filme, Neo é levado a consultar-se com o Oráculo, que estudou os seres humanos e chegou à conclusão de que humanos são escravos da escolha, que seria baseada em um valor mental que variaria conforme as experiências sensoriais destes humanos, chamaremos escolha de “ação” e este valor mental variável de “motivação ou propósito”.

O Oráculo percebe que ao controlar o propósito dos seres humanos, controlará também suas ações e que então não haveria como os seres humanos rejeitarem a Matrix, que também podemos chamar de estado. Desta forma, Zion também seria uma simulação.

Um lugar bastante desagradável, no qual o conflito entre humanos e máquinas é uma constante, produzindo assim uma série de experimentos para com os humanos que acordassem da Matrix, bem como seus filhos, induzindo-os a ter uma divindade humana, em quem depositavam suas esperanças, o escolhido, Neo.

O Oráculo possui o poder de “prever o futuro”, por conhecer das motivações ou propósitos destes humanos. Excluindo aqueles de motivação diversa e mantendo um padrão social nas simulações. Zion se mostra outro mundo “virtual” quando Neo consegue feitos inumanos, como paralisar projéteis em sua direção, prever o trajeto de uma bala, corromper o código do agente Smith, ver o código fonte, que podemos chamar de causalidade, uma conexões entre todas as ações.

Em nome do controle sobre os zionetes humanos, é criado um programa que simularia um ser humano de forma tão perfeita que ele sequer sabe que não é humano. Este seria o escolhido e ajudaria as máquinas inconscientemente a moldar as escolhas dos zionetes. Neo está destinado a destruir Zion e os humanos, reiniciando o software. Este é Neo. Ignorando o restante da trama, voltemos ao texto...

Com efeito, o leviatã apenas atualiza seu software, como um “bom” parasita, o estado apenas demarca as zonas de confronto com seu hospedeiro, o tecido social, e assim, contorna tais pontos. Mas a expansão, sua única meta, se mantém.

Neo é então um pretenso herói que se propõe a ingressar no Sistema para destruí-lo, mas acaba por lhe beneficiar, moldando assim as escolhas dos indivíduos de forma que a essência da luta contra a agressão, o estado, jamais seja sequer ventilada.

Portanto, como libertários, não nos caberia focar no inimigo real? Há um ônibus em chamas em sua direção, o que mudará para substituir seu motorista? Pode sim alterar ou até mesmo reduzir uma ou outra agressão pontual, mas crer que isto fará com que os tentáculos do Leviatã fiquem menores é uma insanidade.

A mídia, a engenharia do consentimento e o medo

O que o Oráculo faz em Matrix é a chamada Engenharia do Consentimento. O Oráculo introduz todas as informações de forma a controlar boa parte das motivações dos humanos. Mantendo assim suas ações dentro de um esperado padrão. Algo muito próximo ao que a mídia faz em nosso mundo real.

De fato, dos três poderes da república, o mais temido é o quarto. A mídia possui os meios para transformar um candidato em um herói nacional, condená-lo publicamente, cassar seu mandato, lhe atribuir amor ou ódio popular, causar medo, mastigando e digerindo informações que são passadas diretamente aos cidadãos.

Exatamente como em 1984, onde George Orwell retratou com o “grande irmão” fiscalizando os cidadãos pelo aparelho televisor, os grandes conglomerados de mídia possuem tentáculos profundos em nosso tecido social induzindo situações e controlando reações.

A rotina exaustiva nas grandes metrópoles é um grande fator determinante para a exposição dos cidadãos ao poder de engenharia de consentimento pela grande mídia. Cansados, aceitam sem contestar as informações processadas, embutidas e enlatadas dos telejornais. Trata-se da pílula azul, de Matrix. Um confortável véu de ignorância que impede o humano de acessar a verdade.

Como mencionado anteriormente, Fernando Collor de Melo foi beneficiado pelo Grupo Globo, maior grupo de mídia de Banânia e um dos maiores do mundo, durante as eleições e quando resolveu opor-se ao oligopólio das montadoras de veículo, grandes clientes do grupo, sua remoção do cargo tornou-se vital para esta emissora, que iniciou uma verdadeira cruzada ao político, que gerou uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, e culminou em um processo de Impeachment, que mesmo após a renúncia de Collor lhe condenou.

É possível observar a manipulação midiática em todas as eleições. Sempre há um candidato que representaria o apocalipse, um antagonista, aquele que “trará o Comunismo a Banânia,” ou ainda que “vai matar negros e pobres nas ruas”.

Trata-se do uso do medo, como informação, de forma a manter as motivações dos telespectadores, ouvintes e leitores dentro de um “padrão previsível”.

O medo é um dos instintos mais primitivos entre os humanos, trata-se do estado afetivo suscitado pela consciência do perigo ou que, ao contrário, suscita essa consciência. Foi primordial para garantir a sobrevivência do humano primitivo e ainda possui grande relevância dentre os fatores decisivos do homem moderno.

Com as rédeas em mãos, a grande mídia utiliza o medo para direcionar as ações de seu público de forma a manter seu público e as ações políticas dentro de um padrão que lhe seja minimamente previsível.

Assim, a mídia pauta a política institucionalizada de forma a manter o controle sobre “as bordas da janela de Overton”³³.

Você deve ter percebido que neste texto preferi utilizar a expressão: “mídia” à expressão “imprensa”. Podem direcionar-se ao mesmo corpo de profissionais, contudo, não são sinônimos.

33 A janela de Overton, também conhecida como janela do discurso, descreve a gama de ideias toleradas no discurso público. De acordo com a descrição de Overton, sua janela inclui uma gama de políticas consideradas politicamente aceitáveis no clima atual da opinião pública, que um político pode recomendar sem ser considerado excessivamente extremo para obter ou manter cargos públicos.

Vejamos os significados:

- Imprensa é a designação coletiva dos veículos de comunicação que exercem o Jornalismo e outras funções de comunicação informativa — em contraste com a comunicação puramente propagandística ou de entretenimento.
- Mídia vem do Latim “media”, significa meios, designa a função, o profissional, a área, o trabalho de mídia ou o ato de planejar, desenvolver, pensar e praticar mídia, nas agências de publicidade. E depois, passou a usar-se também para os meios de comunicação em geral.

Desta forma, temos que o termo “imprensa” não se relaciona com conteúdos propagandísticos e de puro entretenimento, neste texto incluo estes conteúdos, pois na engenharia do consentimento são induzidas necessidades, vontades, medos, desejos e até paixões ao público, por todos os meios midiaticamente possíveis, comerciais, filmes, telenovelas, reality shows, telejornais, há toda uma gama de produtos para manipulação e indução da massa.

Com efeito, a mídia só dará atenção a estas manifestações de rua enquanto a pauta for compatível com seus interesses ou de seus clientes. Trata-se de mera ilusão e uma gigantesca ingenuidade o libertário acreditar que será exposto em qualquer destas mídias sem que haja uma vexatória ridicularização e uma tosca exposição de uma versão cômica e distorcida de suas ideias.

O libertário será ridicularizado, pintado como um esquizofrênico, exposto como um utópico lunático. Afinal, “onde já se viu? Quem esse cara pensa que ele é para querer realizar suas conexões sociais e fazer trocas voluntárias sem um parasita, um bandido estacionário, lhe medindo, regulando e punindo?”.

Todo aquele que sair do padrão do Oráculo, ops... mídia, será marginalizado e desmoralizado. Serão utilizadas falácias³⁴ e outros meios ardis para desmerecer a pauta, o importante para a grande mídia não é a qualidade da informação mas o quanto estas informações veiculadas poderão ser utilizadas para a construção de uma narrativa que lhes permita a engenharia do consentimento.

A imprensa, contudo, ao contrário do estado, não é essencialmente má e agressora. Apesar de toda a sujeira dos oligopólios e grandes conglomerados, a atividade de imprensa livre é essencial.

A informação e sobretudo a clareza nas informações é primordial para que o indivíduo forme seu juízo de valor. O juízo de valor de cada indivíduo é formado por ética, moral e consciência.

As informações serão comparadas com o juízo individual e produzirão motivações ou propósitos, os quais levarão o indivíduo a agir.

³⁴ Envenenamento do poço ou Envenenando o poço, ou ainda, tentativa de envenenar o poço, trata-se de um dispositivo retórico em que informações diversas sobre um alvo são preventivamente apresentadas a uma audiência, com a intenção de desacreditar ou de ridicularizar tudo o que aquela pessoa tem a dizer.

Até mesmo parasitas burocratas como Imperadores e políticos reconhecem a importância da informação na sociedade:

“O canhão matou o feudalismo; a tinta matará a sociedade moderna.” (Napoleão Bonaparte).

“Nossa liberdade depende da liberdade de imprensa, e ela não pode ser limitada sem ser perdida.” (Thomas Jefferson).

No mesmo sentido se posicionam o romancista Orwell e, mais recentemente, o Cypherpunk Julian Assange:

“Se a liberdade significa alguma coisa, será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir.” (George Orwell).

“A liberdade é a liberdade de dizer que dois e dois são quatro. Quando se concorda nisto o resto vem por si.” (George Orwell).

“Não deve haver mais conversas tolas sobre perseguir qualquer meio de comunicação, seja o Wikileaks, seja o ‘The New York Times’.” (Julian Assange).

Ora, e como não? O mesmo “poder” que pode ser utilizado para o mal, como frisamos neste capítulo, também poderia ser utilizado para o bem. O problema apontado aqui é a influência e existência de agressores, manipuladores, profissionais fajutos e redações vis, tais comportamentos sequer seriam aceitos em uma sociedade pautada em uma moral anti-agressão, seriam imediatamente removidos fisicamente, e nada importaria quanto dinheiro, apadrinhamento ou anunciantes estes agressores possuísem.

Os sequestros do método e da pauta

O sequestro do método

De vez em quando uma parcela da população unida em protestos, levando uma mensagem, paralisando uma via, chamando atenção para um determinado ponto, poderia até ser um método midiaticamente relevante para a publicidade de uma pauta popular.

Poderia, mas não mais o é. Por definição, a democracia é a sobreposição da ideia de uma maioria sobre uma minoria. Qual a diferença de como estas ideias da minoria serão expostas?

A não ser que a mobilização conte com a adesão da maioria, ou seja, 50%+1 (no Brasil, mais de 100 milhões de pessoas) daqueles eleitores, os políticos irão simplesmente ignorar.

Trabalhei em um dos locais preferidos dos manifestantes, a Av. Paulista, e é simplesmente incrível a quantidade de manifestações por ali. Em mais de 2 anos, rara foi uma quinta ou sexta-feira em que não houvesse a “paralisação da via”.

Eram sindicatos de funcionários protestando por melhores salários, contra projetos de lei de previdência, a favor de políticos de esquerda, a favor de políticos de direita, comemorando títulos de futebol ou lamentando fatos e atrocidades pelo mundo, a única certeza que se tem é que: NINGUÉM MAIS SEQUER LIGA!

Os motoristas de táxi e aplicativos de mobilidade urbana, já sabem como evitar estas manifestações, os programas de TV e de rádio já sabem como cobrir de forma a evidenciar os impactos no trânsito e não as pautas, os trabalhadores da região já sabem como contornar os impactos destas manifestações para ir ao trabalho e retornar à suas casas.

De fato, só é possível chamar a atenção do transeunte desavisado que se encontra em meio a uma algazarra destas e ao invés de criar empatia pela a pauta, cria-se um distanciamento entre este e os mobilizados, uma vez que lhe causaram apenas desconforto e não aproximação.

Como mencionado, o método encontra-se saturado, em uma metrópole como São Paulo, nem o trânsito causado por estas aglomerações consegue chamar a atenção para a pauta proposta, de fato, e infelizmente, bons propósitos e boas reivindicações seriam perdidas em meio a tantas e tantas manifestações sem qualquer efeito prático.

Porém, não irei negar que é possível algum benefício “à causa”. É possível que estas reuniões de pessoas atraiam os mais diversos interesses e dentre estes interessados, muitas pessoas que jamais tiveram contato com conteúdo libertário tenham um primeiro contato, contudo, vejam, o benefício seria apenas trazer alguns dos manifestantes à causa libertária e não levar publicidade.

Sequestro da pauta

As pautas das manifestações refletem uma vontade popular e, portanto, possuem certo grau de legitimidade formal, ou seja, a manifestação de vontade é pública e voluntária entre os manifestantes, então qual é o problema com a exposição de ideias da parte dos manifestantes?

Por princípio, o estado não possui qualquer legitimidade, seja formal, seja aquela que produz efeitos entre os agentes, seja material, aquela que produz efeitos para além dos agentes.

Mesmo pautas formalmente legítimas necessitariam gozar de unanimidade dos que serão impactados, os “contribuintes” e “jurisdicionados”, para ter legitimidade material, o que somente ocorre nas pautas sob o prisma da ética.

Explico: o estado, apesar de ilegítimo de todas as formas possíveis(formal e material), não erra ao condenar crimes contra a propriedade como roubos, estupros, homicídios.

Pois há uma demanda social da parte dos jurisdicionados para que, apesar da ilegitimidade estatal, diversas agressões sejam punidas. O que atribui legitimidade a estas punições não é a existência do estado, é a demanda popular por punição a estas agressões, indevidamente sequestrada e monopolizada pelo estado.

Há um sequestro destes temas pela via política para assim, utilizando-se de engenharia de consentimento, impor uma pseudo-legitimação psicossocial.

No mesmo diapasão ocorre com as pautas das manifestações populares, ao serem apresentadas a parasitas e aproveitadores políticos e elas se tornam mera propaganda eleitoral para seus “porta-bandeiras”.

O que era para ser uma ação de conscientização política entre os manifestantes e demais “jurisdicionados”, “contribuintes”, torna-se então mera propaganda política para a oposição, que irá promover-se e angariar votos.

Um dos princípios da democracia representativa é a alternância de poder, que seria uma variação entre os agressores de forma que, de tempo em tempo, os comandantes deste sistema são trocados, com uma suposta ajuda do público que irá escolher quem serão os seus “novos representantes”.

Chamo isso de “pêndulo democrático”. Aquele que promete políticas públicas sociais geralmente se coloca à esquerda, aquele que supostamente irá atuar de forma a romper esta cadeia de assistencialismo, se coloca à direita. Contudo, não passam de pernas da mesma tesoura.

O pêndulo democrático é uma estratégia de perpetuação do poder estatal, atua reciclando as “leis” (na verdade, meras regras autoritá-

rias), de forma a agradar cada vez uma determinada parcela da população. Formando verdadeiros currais eleitorais, prendendo a visão política em uma falsa dicotomia.

As pautas populares contrárias à “ala esquerda” do pêndulo, quando esta estiver no poder, serão utilizadas pela “ala direita” do pêndulo para chegar ao poder, assim, o manifestante apenas fomenta o discurso político institucionalizado, criando assim um aparente conflito, favorecendo a suposta oposição interna estatal, sem contudo, contrapor-se de fato ao estado.

Outro princípio da ciência política que as democracias representativas se balizam são os freios e contrapesos. Trata-se da limitação de poderes entre os representantes de forma a nenhum deles possuir amplos poderes e assim, preservando o “interesse estatal”.

Desta forma, se por milagre um dos eleitos for pessoa íntegra, de caráter ilibado e de ideias anti-estatais, sua influência será dissolvida em um mar de liberais, comunistas e socialistas, de forma a não produzir impacto algum.

Ao final, somente o estado ganha, a pauta exposta pela manifestação é anexada ao aparato estatal, seja como proposta política de engenharia social (o que seria uma agressão aos indivíduos que não se manifestaram a favor desta ideia), seja como “ponto de confronto sensível” o que, de forma eleitoreira, levará a evitá-lo, de fato, aqueles valores que seriam roubados naquele ano o serão, o estado criará outra forma de tomar este dinheiro.

Notem: A ESSÊNCIA DO PROBLEMA NUNCA SERÁ ATACADA PELO ESTADO PORQUE ELE É A ESSÊNCIA DO PROBLEMA.

OS CONHECIMENTOS DA GUERRILHA REVOLUCIONÁRIA



“Se a ação política institucional exclui as pessoas comuns do processo de resolução dos seus problemas, a luta armada colabora outro tanto, erigindo-se em “muralha de aço” ao povo, que assim permanece eternamente na situação de telespectador. (Conferência sobre Anarquismo e Não-Violência, Itália. 1980.)”

Agora vamos entender e contrabalancear a tão infame e defendida ação revolucionária. A literatura sobre o assunto é ampla e é com certeza um dos maiores trunfos dos marxistas, mas uma obra em especial chama bastante atenção: O Manual do Guerrilheiro Urbano, de Carlos Marighella.

Marighella, por sua vez, foi um pioneiro do socialismo-comunismo, que aprendeu com Mao Tsé Tung, ex-ditador comunista chinês que levou o sistema chinês a beira do colapso

por conta de sua falha em realizar o cálculo econômico. A fome e a miséria se tornaram a mais imponente presença em todo o território da China. Num contexto de ditadura militar do Brasil, Marighella e seus companheiros se tornaram não só pioneiros, mas guerrilheiros urbanos preparados em larga escala para atacar o estado - o que não é um erro em si, mas um delírio resultado da ausência da compreensão acerca do que o estado realmente é.

Breves Considerações sobre o Manual do Guerrilheiro de Carlos Marighella

O Manual do Guerrilheiro, de Carlos Marighella, é um blockbuster pros adeptos do socialismo. Ele utiliza-se de uma das premissas mais poderosas de resistência, uma que os libertários estão bem acostumados a apoiar: a descentralização.

Veja esse trecho do manual:

“Nenhum grupo de fogo pode permanecer inativo esperando ordens de “cima”. Sua obrigação é atuar. Qualquer guerrilheiro urbano que queira estabelecer um grupo de fogo e começar a ação pode fazê-lo e desta forma fazer-se parte da organização. Este método de ação elimina a necessidade de conhecer quem está realizando as ações, já que existe a livre iniciativa e o único ponto de importância é aumentar substancialmente o volume da atividade guerrilheira para desgastar o governo e obrigá-lo à defensiva. O grupo de fogo é o instrumento de ação organizada. Com ele, as operações da guerrilha e as táticas são planejadas, lançadas e executadas com êxito. O comando geral conta com o grupo de fogo para realizar seus objetivos de natureza estratégica e para fazê-lo em qualquer parte do

país. Por sua parte, ajuda os grupos de fogo com suas dificuldades e necessidades. A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenações entre eles, que funciona simples e praticamente com o comando geral e que também participam nos ataques; e organização que existe com o único propósito, simples e puro, de ação revolucionária. “

É até curioso se você parar para pensar como os revolucionários que pretendem centralizar toda a produção e as áreas mais íntimas da vida humana são os mesmos que utilizam-se da descentralização como meio de ação revolucionária. Os mesmos que pregam grandes exércitos são aqueles que pregam a guerrilha como mecanismo para destruir esses grandes exércitos. Uma verdadeira contradição. Até mesmo reconhecem o caráter descentralizado da informação:

“Para o completo êxito na batalha contra os espiões é essencial a organização de um serviço de contra-espionagem ou contra-inteligência. No entanto, com respeito à 24 informação, não pode ser reduzida a somente saber os movimentos do inimigo e evitar a infiltração de seus espiões. A informação tem que ser ampla, tem que incluir tudo, incluindo os dados mais significativos. Há uma técnica de obter informação e o guerrilheiro urbano a tem que dominar. Seguindo esta técnica, a informação é obtida naturalmente, como uma parte da vida das pessoas. O guerrilheiro urbano, vivendo em meio da população e movendo-se entre eles, tem que prestar atenção a todo tipo de conversação e reações humanas, aprendendo a esconder seus interesses com grande juízo e destreza.”

Una isso a uma interminável e completa ausência de escrúpulos. Isso autoriza os revolucionários a fazerem basicamente

qualquer coisa que queiram. Não é incomum ver personagens políticos mentindo descaradamente, fazendo alianças com mega empresários, planejando atentados, matando civis no processo. A Revolução é sangue generalizado para todos os lados, menos da burguesia que tanto tentam alcançar, essa é sempre a que menos sangra.

“O guerrilheiro urbano não teme dismantelar ou destruir o presente sistema econômico, político e social brasileiro, já que sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural e colaborar para a criação de um sistema totalmente novo e uma estrutura revolucionária social e política, com as massas armadas no poder.” (Marighella, pag. 7).

Das Estratégias da Esquerda Revolucionária

Agora que entendemos o que a esquerda revolucionária não tem medo de ser e de que forma ela pretende operar, podemos tratar especificamente de cada estratégia, e aqui é válido citar O Manual.

Começemos com seus objetivos:

“O guerrilheiro urbano é um inimigo implacável do governo e infringe dano sistemático às autoridades e aos homens que dominam e exercem o poder. O trabalho principal do guerrilheiro urbano é de distrair, cansar e desmoralizar os militares, a ditadura militar e as forças repressivas, como também atacar e destruir as riquezas dos norte-americanos, os gerentes estrangeiros, e a alta classe brasileira.” (Marighella, pag. 4).

Isso acontece porque o guerrilheiro está disposto a passar por cima de todos que entram em seu caminho. Eles atacam as autoridades, não porque estas são somente antiéticas ou ruins para a qualidade econômica, mas porque são representantes dos capitalistas expropriadores. E então ingressam em uma luta armada com a elite dominante a fim de substituir aquela expropriação, da qual são acusados, por outro tipo de expropriação que os companheiros de Marighella, assim como o próprio, não admitem.

Eles acumulam um poder bélico para que estejam prontos para atacar o inimigo. Trata-se de uma revolução armada bastante cuidadosa por parte de nossos inimigos. A revolução tem plena certeza de onde quer chegar.

Veja o planejamento de armas que Marighella registrou:

“As armas do guerrilheiro urbano são armas leves, facilmente trocadas, usualmente capturadas do inimigo, compradas ou feitas no momento.” (Op. cit, p. 11).

Toda sua logística está baseada em sob a fórmula de CCEM: Comida, combustível, equipamento e munições.

Segundo ele:

“A lógica convencional se refere aos problemas de mantimento para um exército regular das forças armadas, transportada em veículos com bases fixas e linhas de fornecimentos.” (Op. cit, p. 16).

A guerra armada que ele propõe se trata de pôr os militares contra um grupo armado e fragmentado intencionalmente. Seus ataques são, em maioria, contra as principais corporações do estado, como os bancos, a sede do governo federal, as prisões, etc.

Não devo deixar de constatar que, para o revolucionário que começa do nada e que não têm apoio desde o princípio, a logística originária é sob a fórmula MDAME: mecanização, dinheiro, munições e explosivos. O guerrilheiro não é um homem de negócios, mas um homem de promessa, segundo o autor.

Eles possuem preparação técnica como acampar, treinar, escalar dentre outras utilidades físicas que pretendem criar para preparar seu próprio exército auxiliar. Algumas outras habilidades que eles têm são a medicina auxiliar, o conhecimento de química e o conhecimento topográfico. Mas o tiro é a principal, é a “*razão da existência do guerrilheiro urbano*” (p. 14).

É indispensável para o guerrilheiro ter conhecimento do terreno, cercar a polícia e preparar emboscadas. Para isso deve haver entre eles alguém que tenha conhecimento mecânico para pôr um fim na ruptura da comunicação e dos transportes do inimigo.

Assim, uma das maiores estratégias do revolucionário é a sabotagem.

“a. interceptar de propósito a polícia com outros veículos ou por inconveniências casuais ou danos; mas neste caso o veículo em questão não deve ser legal ou ter placas de licença verdadeiras;

b. obstruir a estrada com árvores caídas, pedras, valas, letreiros de trânsito falsos, estradas obstruídas ou desvios, e outros meios engenhosos;

c. colocar minas caseiras no caminho da polícia, utilizar gasolina, ou jogar bombas Molotov para incendiar seus veículos;

d. disparar uma rajada de balas de metralhadora ou armas tais como a FAL contra o motor e pneus dos veículos envolvidos na perseguição.” (Op. cit., p. 23).

Por último, gostaria de deixar para a reflexão do leitor a lista das principais estratégias do guerrilheiro urbano:

“Antes de qualquer ação, o guerrilheiro urbano tem que pensar nos métodos e no pessoal disponível para realizar a ação. As operações e ações que demandam a preparação técnica do guerrilheiro urbano não podem ser executadas por alguém que carece de destrezas técnicas. Com estas precauções, os modelos de ação que o guerrilheiro urbano pode realizar são os seguintes:

a. assaltos

b. invasões

c. ocupações

d. emboscadas

e. táticas de rua

f. greves e interrupções de trabalho

g. deserções, desvios, tomadas, expropriações de armas, munições e explosivos

h. libertação de prisioneiros

i. execuções

j. seqüestros

l. sabotagem

m. terrorismo

n. propaganda armada

o. guerra de nervos”

(Op. cit., p. 29).

O Comunismo Como Uma Falha Social

O comunismo, proposto pelo filósofo e sociólogo Karl Marx³⁵. Ser comunista significa acreditar na derrubada violenta da ordem social existente, com vistas a trazer uma sociedade baseada na coletivização dos meios de produção, sendo seu expoente o socialismo, a economia coletivista por excelência.

Existem duas abordagens que são mais comumente tratadas entre o debate em torno do método: o individualismo metodológico e o coletivismo metodológico. Tanto o individualismo quanto o coletivismo são metodologias aplicadas às ciências sociais e essenciais para a formulação das ideologias.

³⁵ Karl Marx foi um filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário socialista. Nascido na Prússia, mais tarde se tornou apátrida e passou grande parte de sua vida em Londres, no Reino Unido.

O individualismo é a avaliação da sociedade por meio da essência do indivíduo, uma vez encontrado um critério conceitual da ação humana as interações particulares dos indivíduos são subjugadas por uma regra geral. Em termos gerais, é um conceito que exprime a afirmação da liberdade do homem, e isso exige reivindicação política, econômica, moral e social.

Individualismo não é ilhar-se. Isto é, essa metodologia se trata da compreensão do todo por meio do denominador comum que é o indivíduo. Assim, não se separa em partes e muito menos se reduz um todo às partes, ou as partes ao todo, como o coletivismo faz. Ao contrário: é avaliado a condição geral que torna alguém um indivíduo, para assim compreender o tecido social.

Enquanto isso, o coletivismo é uma análise do tecido social que divide o mundo entre um grupo de indivíduos opressores e um grupo de oprimidos. Os opressores, segundo estes, são os indivíduos em posições sociais mais privilegiadas, enquanto os oprimidos são indivíduos nas posições menos privilegiadas. Esse ponto de vista acredita também que são as forças materiais disputadas por ambos os grupos que determinam as relações sociais.

Mises adotou uma abordagem individualista porque, segundo ele, como os coletivos não pensam e, portanto, não agem, não há nenhuma força material que determine suas relações. Há apenas indivíduos e somente eles podem determinar seus meios e tentar alcançar seus fins, ninguém pode decidir suas pretensões por você.

E isso é um dado irredutível no conhecimento das ciências sociais em geral como a economia.

Enquanto isso, Marx adotou a abordagem coletivista. Tal qual se mostrou ser um erro do ponto de vista epistemológico, e como todas as ciências, tanto as ciências sociais quanto as ciências naturais estão fundadas na filosofia. Isso porque a filosofia investiga o conhecimento. Portanto, o coletivismo tem sua base destrocada pelos motivos supracitados, uma vez que sua base é o pensamento coletivo, e os coletivos não pensam, não deliberam meios e fins, e, dessa forma, não agem.

O ser humano tem sua própria maneira de agir em coletividade, mas é importante separarmos essa coletividade de coletivismo. O coletivismo é uma epistemologia cega que usa das artimanhas do fato de que a sociedade é a cooperação entre os indivíduos, para se afirmar como se o coletivo tomasse decisões e praticasse ações. E isso é falso. Rothbard explica a vida coletiva dos indivíduos, de maneira muito direta:

“O ser humano descobriu que, por meio do processo de troca mútua e voluntária (comércio), a produtividade — e, logo, o padrão de vida de todos os participantes desta troca — pode aumentar significativamente.” (Rothbard, p. 11).

Do Bom Combate

Dado a diferença entre o coletivismo e o individualismo, é importante não irmos tanto para o outro lado que não tenhamos em nós a necessidade de nos organizar. Em verdade, é um motivo ainda maior para que todos tenham em mente que o que irão perder com a inércia não é um ideal coletivo, maior do que você e distante da sua realidade, mas tempo, recursos, educação, saúde, estabilidade relativos às suas próprias vidas e você é justamente o maior interessado.

Sobre isso, Rothbard esclarece:

“Novamente, tanto a teoria quanto o movimento se tornarão fúteis e estéreis sem que um ajude o outro; a teoria morrerá na praia se não contar com um movimento autoconsciente que se dedique a difundir a teoria e sua meta. Já o movimento se tornará uma mera ação sem sentido se perder de vista a ideologia e a meta que tem como alvo. Alguns teóricos libertários sentem que há algo de impuro ou vergonhoso a respeito de um movimento vivo, com indivíduos que realizam ações em prol dele; porém como é possível atingir a liberdade sem libertários para difundir a causa?” (Rothbard, Manifesto Libertário).

E ainda:

“Porém é importante mencionar que as ideias não vagueiam livremente por si só no meio do nada; elas só têm capacidade de influência à medida que são adotadas e passadas adiante pelas pessoas. Então, para a ideia da liberdade triunfar, deve existir um grupo ativo de libertários dedicados, pessoas com grande

conhecimento da causa da liberdade e dispostas a difundir a mensagem para outras. Em suma, deve existir um movimento libertário ativo e autoconsciente. Isto pode parecer óbvio, mas tem sido observada uma relutância curiosa de muitos libertários em se considerarem parte de um movimento deliberado e progressivo, ou de se envolver nas atividades do movimento. Todavia, consideremos o seguinte: houve alguma disciplina, ou algum conjunto de ideias do passado, seja o budismo ou a física moderna, que foi capaz de avançar por si só e de obter aceitação sem a existência de um “núcleo” dedicado de budistas ou de físicos?” (Rothbard, Manifesto Libertário).

Mas, Rothbard não apenas dedicou-se a esclarecer a necessidade de um movimento libertário, ele inclusive indicou a necessidade real e veemente de possuírmos uma vanguarda libertária. Uma série de pessoas que não apenas se especializam, mas se profissionalizam na defesa do libertarianismo:

“A menção dos físicos chama a atenção para outro requisito necessário ao sucesso do movimento: a existência de profissionais, de pessoas que dediquem todo o seu tempo e o máximo de atenção ao movimento ou à disciplina em questão. Nos séculos XVII e XVIII, quando a física moderna surgiu como uma nova ciência, surgiram sociedades científicas que eram basicamente compostas de amadores interessados, que podem ser chamados de “Amigos da Física”, que criaram uma atmosfera de estímulo e de apoio para a nova disciplina.

Mas, com certeza, a física não teria avançado muito se não fosse pelos físicos profissionais, pessoas que fizeram da física uma carreira de tempo integral, e que, por isso, puderam dedicar toda a sua energia ao fomento e ao avanço da disciplina.

A física certamente continuaria a ser um mero passatempo para amadores se a profissão de físico não tivesse surgido. Ainda assim, existem poucos libertários, apesar do espetacular crescimento das ideias e do movimento nos últimos anos, que reconhecem a enorme necessidade do desenvolvimento da liberdade como uma profissão, como um núcleo central para o progresso tanto da teoria como das condições da liberdade no mundo real.

Toda nova ideia e toda nova disciplina começa necessariamente com uma ou poucas pessoas, e, a partir daí, difundem-se para um núcleo mais amplo de convertidos e de partidários. Mesmo em sua plenitude, devido à grande variedade de interesses e de capacidades dos homens, o movimento libertário estará inevitavelmente vinculado a uma minoria de profissionais. Então não há nada de sinistro ou de “antidemocrático” em postular um grupo de “vanguarda” de libertários, pois isto seria a mesma coisa que falar em uma vanguarda de budistas ou de médicos. Esperamos que esta vanguarda ajude a fazer com que uma maioria ou uma minoria altamente influente da população adira (se não se dedicarem totalmente) à ideologia libertária. A presença de uma maioria libertária entre os revolucionários norte-americanos, e na Inglaterra do século XIX, comprova que esta proeza não é impossível.” (Rothbard, Ética da Liberdade).

O fato de uma vanguarda dessas beirar a inexistência no Brasil é algo profundamente desconcertante. Nos Estados Unidos, essa classe está bem estabelecida e as alianças possibilitam que o espírito de corpo, aquele senso de lealdade típica dos libertários floresça livremente a ponto de possibilitar grandes projetos.

Aqui, isto está totalmente morto.

Não há indícios que um movimento libertário fluorescente esteja prestes a surgir e a principal causa disso está em um dos maiores males que já afligiu o meio libertário: o fatalismo.

O fatalismo é a crença de que não importa o que se faça, o libertarianismo irá acontecer em virtude da descentralização da informação (ou de qualquer uma das múltiplas desculpas para tal). Essa visão vai mais longe do que Rothbard jamais foi. Rothbard, otimista inveterado, disse que um dia, talvez daqui a centenas de anos, o libertarianismo iria vencer, porque o libertarianismo é verdade e a verdade sempre vence, disse que o estado está um dia fadado a falir. Mas, nunca disse que isso INDEPENDERIA das nossas ações, que isso viria quase como um presente dos céus, como se estivéssemos diante do fim inexorável da história.

Essa visão está provocando grandes impactos na estrutura geral do movimento. Menos gente do que deveríamos ter para ter boas chances de sucesso está de fato ocupada em dedicar sua vida a isso. Menos gente do que se estimaria, principalmente para uma comunidade que viu seu patrimônio expandir muitíssimo com as criptomoedas, é patrocinadora das ideias libertárias. Menos gente interessada em construir cidades libertárias, menos gente interessada na emancipação individual, menos gente lutando. Estamos perdendo vários bons quadros para a política, a prostituta das práticas de libertação, e esse parece ser um cenário que está bem longe de mudar.

Diante do que foi aprendido sobre Marighella, diante da noção fresca do que significa o coletivismo, seu caráter de fazer o indivíduo buscar continuamente um bem alheio ao mesmo perdendo a noção do bem próprio, diante de todas as práticas libertárias listadas aqui, os diversos caminhos (e vale frisar que material suficiente para mais dois ou três livros desse tipo foram cortados para manter o texto o mais próximo de um manual o possível) que a ação libertária pode tomar, será que é sensato falar ainda em ação política?

Será que não é o caso que a ação política vem DEPOIS da criação de um cenário vívido de ação libertária, principalmente no Brasil onde as condições em relação a liberdade de expressão são tão frágeis? Será que a inércia num estado em que a liberdade civil e econômica da população é solapada todos os dias não é por demais otimista? Será que a ideia de conduzir as massas à liberdade nos fez esquecer que nós somos parte dela?

Como sua vida mudou depois que você se tornou libertário? O quanto você permitiu que suas convicções se tornassem parte da sua vida? Será que vai permitir antes que seja tarde demais?

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Olhemos para a sociedade livre de Liberland³⁶. Trata-se de um país com leis privadas. É um empreendimento privado, mas de governança voluntária, que atua como a cidade-estado Liberland. Ela fica entre a Croácia e a Sérvia, na Europa, foi criada por um libertário e tem fins lucrativos. Trata-se de uma república democrática onde os impostos são pagos se usados os serviços de cunho público, como em Mônaco. Outras iniciativas do tipo como Prospera, Seasteading, Free Private Cities estão pipocando no horizonte.

³⁶ “No modelo libertário, a sociedade toma suas próprias decisões e, segundo ele, qualquer assistência deve vir de forma espontânea. “Quem desejar construir um hospital para os necessitados pode fazer org... Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/mundo/liberland-o-pais-sem-governo-e-sem-cobranca-de-impostos/>

Vale frisar a situação das Zonas Econômicas Especiais como a própria ZEE Mônaco e Liechtenstein. No primeiro exemplo, os impostos são voluntários; os cidadãos pagam se forem usar serviços públicos. Apesar de ambas serem monarquias, possuem uma forma de governar bem distinta dos demais governos. Monaco, por sua vez, não cobra taxa obrigatória de impostos, o que significa que tanto esta quanto aquela são formas de governo voluntário. No segundo exemplo, a secessão é permitida pela sua própria Constituição - o que é libertário, pois suas regras foram consentidas por todos aqueles que possuem maioria e decidiram se manter naquele estado.

Existem diversas outras governanças pelo mundo afora ainda sendo construídas e cotadas, vale destacar Akon City, construída pelo cantor Akon juntamente com outros investidores milionários, que será inaugurada em Senegal. Deve ser levado em conta que esse modelo é uma cidade privada. Como aponta a plataforma Casa Vogue, da Globo:

“Akon anunciou um acordo de US\$6 bilhões (cerca de R\$30,6 bilhões) com a KE International, empresa de engenharia sediada nos Estados Unidos, para levar a cabo a ideia. A cidade, chamada Akon City, promete ter faculdades, aeroporto, shopping center, hospitais, e também deve ser sustentável, com uma estação de resíduos e uma usina elétrica de energia solar. Acha pouco? Pois saiba que, além disso, a ideia é que todo o comércio e a economia da cidade devem funcionar com a Akon, criptomoeda também idealizada pelo cantor e que, ele espera, possa ser usada em todo o continente africano.” (Queiroz, 23 de julho de 2020).

A existência de um movimento libertário internacional é um fato. Reuniões no mundo todo são realizadas entre libertários, algumas mais e outras menos abertas ao público, com a intenção de planejar, organizar e ordenar as ações em prol da liberdade.

O Bitcoin é um fato e cada vez mais iniciativas do tipo vem surgindo. Os indivíduos suspeitam cada vez mais da figura do estado e a tarefa parece estar cada vez mais próxima de agir do que educar.

Não deve-se entender isso como um sinal de que a educação libertária não deve ocorrer ou que não seja hora de educar, mas que as condições em relação a existência de um mínimo teórico no Brasil indicam a necessidade da tomada de algumas dessas decisões no horizonte. Como os libertários irão reagir nos próximos anos irá definir a nossa participação nos eventos dessa metade do século.

Precisamos abrir os horizontes para esse ávido movimento internacional, nos caracterizando justamente por sermos os primeiros mais radicais, aqueles que mantêm a coordenação perfeita entre a prática e a teoria.

Esse livro é um passo à frente na discussão para que isso seja possível. O *Alvorecer da Liberdade*³⁷ foi outro. A tradução sistemática da obra inteira do SKIII foi outra.

37 Livro introdutório ao libertarianismo publicado pela Universidade Libertária: <https://www.universidadelibertaria.com.br/o-que-e-a-liberdade-o-alvorecer-da-liberdade/>

A tradução de livros pelo atual Instituto Rothbard e pela Editora Konkin, a criação do canal do Dâniel Fraga, a criação do Visão Libertária³⁸, a manutenção de um vívido movimento em prol do purismo em relação à política no Brasil de alguns grupos como a Foda-se o Estado, H³, SAL e outros foi mais um. Estamos num caminho favorável para estarmos fazendo mais e mais pela liberdade.

O quanto esses passos ecoarão depende de quanto eles serão acompanhados da existência de um ávido movimento libertário que irá incorporar essas ideias apresentadas na forma de ações práticas.

Do quanto eles estarão dispostos a ler e a coordenar as ações, para minimizar os riscos e possibilitar a integração dos libertários. Do quanto eles estão sedentos pela sua própria liberdade. O futuro é nosso, para o bem ou para o mal.

38 Sem deixar de lamentar pelas suas profundas alusões ao fatalismo.

REFERÊNCIAS

Bertini, Tullio. 2012. “Prêmio Nobel para a praxeologia.” Mises Brasil. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1464>.

Callahan, Gene. 2008. “O que é ciência apriorística e porque a economia é uma.” Mises Brasil. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=48>.

Chaves, Breno. 2018. “Teoria da utilidade marginal: quanto é útil e quanto é escassa?” Bitcoin Trade. <https://blog.bitcointrade.com.br/teoria-da-utilidade-marginal-quanto-e-util-e-quanto-e-escassa/>.

Copello, Taiane. 2020. “Cidades Privadas, Cidades-Estado e demais Governanças Voluntárias.” Universidade Libertária. <https://www.universidadelibertaria.com.br/sobre-cidades-privadas-cidades-estado-e-governancas-voluntarias>.

Copello, Taiane, e Gustavo Poletti Kaesemodel. 2021. “Agorismo Em Série: O Que É O Agorismo?” Universidade Libertária. <https://www.universidadelibertaria.com.br/agorismo-em-serie-o-que-e-o-agorismo/>.

Del Soto, Jesus H. 2010. *A Escola Austríaca*. Translated by André Azevedo Alves. 2º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Freire, Paulo. 1987. *Pedagogia do Oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. 1996. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra.

Gramsci, Antonio. 1981. *A Concepção Dialética da História*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Hayek, Friedrich. 2019. *A Pretensão de Conhecimento*. 1º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Hobbes, Thomas. 2009. *O Leviatã*. Translated by Martina D'Angina. 2º ed. N.p.: Martin Claret.

Hoppe, Hans H. 2006. *Economics and Ethics of Private Property*. 2nd ed. Auburn, Alabama: Ludwig Von Mises Institute.

Hoppe, Hans H. 2013. *Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo*. 2º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Hoppe, Hans H. 2014. *Democracia: O Deus que falhou*. Translated by Marcelo Werlang de Assis. 1º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Huemer, Michael. 2013. *The Problem of Political Authority*. 1º ed. London: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137281661_1.

Kinsella, Stephan. 2010. *Contra a Propriedade Intelectual*. Translated by Rafael Hotz. N.p.: LVM.

Konkin III, Samuel E. 2017. *O Manifesto do Novo Libertário*. 1º ed. São Paulo: Libertyzine.

Konkin III, Samuel E. 2018. *Uma Cartilha Agorista*. 1º ed. São Paulo: Piratas do Gol D. Roger.

Locke, John. 2014. *Segundo Tratado do Governo Civil*. 1st ed. São Paulo: Edipro.

Marighella, Carlos. 2003. *Manual do Guerrilheiro Urbano*. N.p.: Sabotagem.

Mises, Ludwig V. 2009. *As Seis Lições*. Translated by Maria Luiza X. Borges. 7º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Mises, Ludwig V. 2010. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. Translated by Donald Stewart. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Mises, Ludwig V. 2011. *Uma Crítica ao intervencionismo*. 2º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Mises, Ludwig V. 2012. *O Cálculo Econômico sob o Socialismo*. Translated by Leandro Gomes Roque. 1º ed. São Paulo: Mises Brasil.

Mises, Ludwig V. 2014. *Teoria e História*. 1º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Murphy, Roberty. 2010. “Praxeologia - A constatação nada trivial de Mises.” Mises Brasil. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=230>.

Oreiro, Jose L. 2018. “A Revolução Marginalista.” Jose Luiz Oreiro. <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/d2efd682c3db-88201744d36b309886041730fc9a.pdf>.

Polleit, Thorsten. 2010. “O apriorismo de Mises contra o relativismo nas ciências sociais.” Mises Brasil. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=644>.

Rothbard, Murray N. 1976. “Praxeologia: O método dos economistas austríacos.” Translated by Daniel Chaves Claudino. Instituto Rothbard. <https://rothbardbrasil.com/praxeologia-o-metodo-dos-economistas-austriacos/>.

Rothbard, Murray N. 2010. *Esquerda e Direita: Perspectivas para a liberdade*. Translated by Maria Luiza X. Borges. 3º ed. N.p.: Ludwig Von Mises.

Rothbard, Murray N. 2010. *A Ética da Liberdade*. Translated by Fernando F. Chiocca. 1º ed. São Paulo: Ludwig Von Mises.

Rothbard, Murray N. 2013. *O que o governo fez com nosso dinheiro?* Translated by Leandro A. Gomes Roque. 1st ed. N.p.: Ludwig Von Mises.

Rothbard, Murray N. 2018. *Anatomia do Estado*. Translated by Tiago Chabert. N.p.: Editora Ludwig Von Mises.

Rousseau, Jean-Jacques. 2000. *Do Contrato Social*. 3rd ed. São Paulo: Martin Claret.

Schopenhauer, Arthur. 2014. *38 estratégias para vencer qualquer debate: A arte de ter razão*. Translated by Camila Werner. 1st ed. N.p.: Faro Editorial.

Smith, Adam. 2013. *A Mão Invisível*. Translated by Paulo Geiger. 2º ed. São Paulo: Penguin Classics Companhias das letras.

Tângari, Luiza. 2011. “O Positivismo Jurídico de Hans Kelsen.” JusBrasil. <https://jus.com.br/artigos/18443/o-positivismo-juridico-de-hans-kelse>
